

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

12.04.2022

* * *

- Abre a reunião a Sra. Maria Lúcia Amary.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Havendo o número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da 4ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Pela ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não cabe ainda... Nós estamos ainda começando a sessão. Eu quero suspender a sessão por dez minutos e chamar todos os deputados do conselho, os membros do Conselho de Ética, para uma reunião aqui arrolada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sra. Presidente, antes dessa suspensão, eu gostaria de fazer um requerimento pedindo urgência para a votação.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Eu subscrevo.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Depois vamos ter que fazer uma votação com relação a isso. Eu suspendo então por...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - (Vozes Sobrepostas.)

Divisão de Registro de Pronunciamentos

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Bom, deputado Arthur do Val e todo o Conselho de Ética na sala ao lado, por favor.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É preciso apenas dar como lido...

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Pela ordem, presidenta.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Isa, um momento. Cada um de cada vez, por favor.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - É preciso só dar como lida a Ata da reunião anterior para dar início a esta para que a gente possa então fazer essa suspensão.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então eu vou citar...

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputada Isa Penna.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Pela ordem, presidenta. É sabido, é um fato público e notório, que este caso aqui tem sido publicamente, inclusive pelos membros deste comitê, inclusive o envolvido, ligado ao meu caso. Então, eu peço, solicito - acho que não haverá problema com relação a isso - participar como deputada que sou, que tenho direito de participar das discussões que envolvem o deputado...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, deixa eu ler...

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Já que essa é uma instância que a senhora está convocando, mas que ela não é formal. Então, eu solicito a participação nessa instância também, que é dos deputados.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada, a senhora já está participando. A senhora vai ter dez minutos para falar no momento de discussão.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então agora ainda não está aberto para a palavra...

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Eu estou pedindo, solicitando que essa reunião seja aberta para todos os deputados.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É uma prerrogativa minha como presidente, então eu estou convocando os membros da nossa...

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Eu tenho representação neste conselho.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Sra. Presidente.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Eu representei este conselho juridicamente neste caso.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada, a senhora me desculpe, mas é uma prerrogativa como presidente. Eu estou convocando os deputados e as deputadas que fazem parte do Conselho de Ética para irmos à sala ao lado.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Pela ordem, presidenta, pela ordem. Por favor, presidenta.

O SR. EMIDIO LULA DE SOUZA - PT - Pela ordem, presidenta.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada, não vamos começar a tumultuar a reunião.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Este é um caso... É um direito, é uma prerrogativa de quem apresentou representação formal, subscrita juridicamente, que eu, como tenho representação, tenho o direito, presidenta, de estar pelo menos presente na reunião na qual vocês vão debater e que não é uma instância formal.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A senhora não é membro do Conselho de Ética.

O SR. EMIDIO LULA DE SOUZA - PT - Pela ordem, presidenta.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Mas eu sou deputada e tenho representação juridicamente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Depois a senhora terá a fala no momento que for...

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Qual é o problema, presidenta?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não há nenhum problema, mas reunião de conselho é reunião de conselho. Então, eu chamo os membros...

O SR. EMIDIO LULA DE SOUZA - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - A senhora me permite...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado...

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Ele é representado, então ele também não pode estar.

O SR. EMIDIO LULA DE SOUZA - PT - Pela ordem, presidenta.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Emidio...

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Se eu não posso estar, o deputado Arthur também não pode estar.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É com ele a reunião. Ele pediu...

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Que coisa é essa de reunir o réu e quem vai julgar em uma salinha do lado?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada, vamos respeitar a Presidência? Deputada...

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Uma questão de ordem.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Como assim, gente, reunir quem está sendo julgado por esta comissão e quem vai votar em uma salinha do lado para conversar? E os deputados não podem ter acesso a essa conversa? É um absurdo.

O SR. EMÍDIO LULA DE SOUZA - PT - Pela ordem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Registrada a sua reclamação, eu vou seguir aqui para a gente começar a reunião. Então, eu vou citar primeiro, para começar a nossa reunião, ela não iniciou enquanto eu não chamo todos os deputados. Então, eu registro a presença dos nobres deputados. Deputado Adalberto Freitas.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Presente, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Presente. Deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Presente, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Presente, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu, presente. Deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Presente, Sra. Presidente.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Delegado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Presente, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Erica Malunguinho.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Presente, presidenta.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Presente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Marina Helou.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Presente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Estevam Galvão.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - UNIÃO - Presente, Excelência.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Pela ordem, presidenta.

O SR. EMIDIO LULA DE SOUZA - PT - Pela ordem, presidenta.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu pedi “pela ordem” primeiro, Sra. Presidenta.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Essa reunião pode ser um vício jurídico alegado depois pela defesa.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada...

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - O deputado Arthur, pelo menos, não pode participar.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Bom, então eu indefiro o pedido de V. Exa., peço uma reunião com os membros da comissão por dez minutos e depois voltamos para cá.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, presidenta.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Só os membros da comissão, sem o deputado Arthur.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com o deputado Arthur.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Mas o que é isso? Qual é a justificativa para quem está sendo julgado se reunir na salinha do lado com quem vai votar?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Exatamente para evitar o tumulto.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Não é juridicamente... Pode ser alegado como vício, pode anular o processo inteiro.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Coloco em votação para os membros do Conselho de Ética se concordam com essa reunião de dez minutos. Como vota o deputado Adalberto Freitas?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Eu sou a favor da reunião.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A favor. Como vota o deputado Enio Tatto?

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Não, eu sou a favor da reunião, mas o deputado Arthur não pode estar presente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada, a senhora (Vozes Sobrepostas.), por favor. Deputada, a senhora não vai tumultuar a reunião. A senhora respeite, por favor.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Não vou, eu estou só avisando que pode ser nulo o processo que V. Exa. julgando.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, por favor, podem cortar o microfone da deputada Isa Penna, porque a senhora não está me respeitando. A senhora fala tanto em defesa das mulheres, quando tem uma presidente, a senhora se comporta assim? Como vota o deputado Enio Tatto?

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Sra. Presidente, eu não concordo com a suspensão dos trabalhos aqui para se reunir com o deputado Arthur por dez minutos.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, vota “não”. Como vota o deputado Barros Munhoz?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sra. Presidente, eu não concordo com a suspensão dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, vota “não” o deputado Barros Munhoz. Como vota o deputado Wellington Moura?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu voto “não”, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Vota “não”.
Como vota o Delegado Olim?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Eu queria dar a chance para ele nos ouvir. Eu voto “sim”.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota a deputado Erica Malunguinho?

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Eu voto “não”, presidenta.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Vota “não”.
Como vota o deputado Campos Machado?

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Minha cara presidente, eu acho que não interfere em nada dar esse prazo de dez minutos com a presença só de membros do Conselho de Ética.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então o deputado Campos Machado vota “sim”. Vota “não”?

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Voto “sim”.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Vota “sim” o deputado Campos. Como vota a deputada Marina Helou?

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Presidente, com todo o respeito, eu voto “não” com a presença do deputado Arthur, “sim” se você quiser com os deputados do Comitê de Ética.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Estevam Galvão?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - UNIÃO - Eu voto “não”, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Vota “não”.
Então, como é que foi o resultado?

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - A senhora vota ou não, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu voto “não”.
Então, por sete votos a três, foi rejeitado o pedido do deputado Arthur do Val.
Democracia se faz assim.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Solicito à
secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sra.
Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem,
deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Peço a dispensa da
leitura da Ata da reunião anterior.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É regimental o
pedido de Vossa Excelência. Os deputados que forem favoráveis, permaneçam como se
encontram. (Pausa.)

Cito também a presença das deputadas Isa Penna, Valeria Bolsonaro, Gilmaci
Santos, Emidio de Souza, deputada Carla Morando e deputado Altair.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Deputado Gilmaci e deputado Douglas.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu também cito a presença do deputado Paulo Fiorilo e também do deputado Arthur do Val.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Deputado Carlos Giannazi e deputado Douglas Garcia, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Altair Moraes, Carlos Giannazi. Desculpe, quem falou? Deputado Enio Tatto.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Fui eu, presidente, desculpe. Citar também o deputado Douglas Garcia e o deputado Carlos Giannazi.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Ah, desculpe... Não, o Carlos Giannazi eu falei, acho que falei. Deputado Douglas Garcia, desculpe, estava escondido ali e não o encontrei.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Sra. Presidente, na reunião passada, na última, eu coloquei aqui, que a gente estava aguardando o relatório do deputado Olim e que a bancada do Partido dos Trabalhadores, como sempre, apresenta voto em separado.

E como membro da bancada e único aqui neste conselho, eu queria comunicar a todos que, para a gente não procrastinar, para a gente não enrolar, no ditado popular, e para não dar motivo para alguém pedir vista, porque não conhece o nosso relatório, voto em separado, eu me sinto contemplado com o voto em separado do deputado Olim e não apresentarei meu voto em separado. Isso para dar agilidade, que é isso que a população quer que o conselho faça.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Barros.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Para reiterar o pedido de que se proceda a urgência na votação da matéria.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Retirado o pedido. Comunico aos senhores parlamentares que o Processo RGL nº 399, de 2022, a representação de autoria da deputada Márcia Lia contra o deputado Coronel Telhada por quebra de decoro parlamentar, foi oferecida ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Oportunamente, o conselho reunir-se-á para deliberar sobre o recebimento dessa representação nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2019, do Conselho de Ética e demais normas aplicáveis.

Item nº 1. Projeto RGL nº 1.874, de 2022. Representação de autoria do deputado Emidio de Souza contra o deputado Arthur do Val por quebra de decoro parlamentar. Foi relator o deputado Delegado Olim, propondo medida disciplinar de perda do mandato, nos termos do Art. 16, Inciso II, Parágrafos 1º e 2º da Constituição do Estado de São Paulo e dos Arts. 7, Inciso IV; 11, Incisos II, III e XIII, caput esses da Resolução Alesp nº 766, de 16 de dezembro de 1994, do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

E ainda que sejam remetidas, além das comunicações de praxe, as requeridas nesta manifestação. Em atendimento aos preceitos emanados no Inciso IV do Art. 15 do Código de Ética e Decoro Parlamentar, ofereço a minuta do projeto de resolução. Em discussão.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem. Quem vai ser inscrever, deixa eu lembrar que, durante a discussão, o relator terá o prazo de 15 minutos, os membros da comissão, por dez minutos, e os demais deputados, por inscrição, cinco minutos. É o que diz o Regimento.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - E por último, fala a defesa. Pela ordem, deputada Isa.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Pela ordem, presidente. Em primeiro lugar, agradecer, pedir desculpas por qualquer coisa para V. Exa. e dizer que é evidente que o Arthur do Val, assim como o advogado, eu sei disso, tem todo o direito de estar aqui representado, mas o seu advogado está rodando a mesa fazendo articulação com o deputado Wellington Moura, com o deputado Adalberto Freitas, e eu acho que essa não é a função. Se ele está aqui, ele deve permanecer na condição de representante do réu. Todos estão vendo. Inclusive nós registramos aqui que ele está circulando na mesa.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A senhora já está em discussão? Então, cinco minutos para a deputada.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Então, estou pedindo apenas para que a presidente controle a função do advogado nas prerrogativas.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A senhora tem cinco minutos para...

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - É só isso, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Só isso? Tá bom. A deputada Isa Penna já teve a palavra. Deputado Enio Tatto...

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Pela ordem, presidenta. Sem atravessar ninguém. Primeiro, os membros da comissão têm o direito à palavra, depois se abre para os membros que não são da comissão. Eu vou pedir então que o meu tempo seja resguardado, pois isso foi só um requerimento.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Verdade, tem razão. Exatamente, então não era para ter dado a fala, porque não era o momento. Desculpe-me. Deputado Enio Tatto.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pediu a palavra primeiro antes do deputado Campos Machado.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Sra. Presidente, a discussão...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu queria só fazer uma inversão aqui antes de vocês falarem, desculpe, para o deputado Delegado Olim falar sobre o parecer dele, que ele tem 15 minutos para falar, e depois abriria para os membros do conselho, em seguida, para os outros demais deputados e, por último, a defesa.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Perfeito.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Mantenha a minha inscrição também, tá?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sra. Presidente, o Regime de Urgência está em vigor? O pedido que eu formulei de votação em Regime de Urgência está em vigor?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O senhor não tinha dito para tirar?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Ah, então desculpe. Então, antes, vamos votar o Regime de Urgência para a votação.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Regime de Urgência para a votação.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu coloco em votação o Regime de Urgência para a votação.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Eu quero discutir.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Depois nós vamos discutir. Primeiro, votar o Regime de Urgência.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Quero me inscrever.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Depois, o seu momento é depois dos deputados, deputado Dr. do Val. O senhor terá a palavra...

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Questão de ordem, Sra. Presidente, sobre esse processo. Questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pois não.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu gostaria só de entender esse Regime de... O deputado Barros Munhoz está propondo um Regime de Urgência. Onde está no Regimento que fala sobre o Regime de Urgência no processo?

Só para a gente caminhar, eu acho, de forma correta. Com celeridade, mas de forma correta, deputado Barros Munhoz. Onde está no Regimento sobre processo de deputados, para que a gente possa votar certo e não ter nenhum impedimento lá na frente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Está no Regimento exatamente onde dispõe o prazo de 30 dias para ser encerrado o processo. Conseqüentemente, nós precisamos votar urgentemente o processo, porque já ultrapassamos esse prazo. É essa a fundamentação, inquestionável. O pedido de urgência se impõe para que não seja postergada a decisão.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Pela ordem.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - E cumprindo o Regimento, que dá 30 dias.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada, está o deputado Campos Machado...

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Mas teria só como saber onde está no Regimento? Eu gostaria de ler, Sra. Presidente, apenas isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, existe. O prazo para o terminar o processo é 30 dias.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu pediria para a Procuradoria que se manifestasse, por favor. Deputado Campos, pode dar a palavra. Enquanto a Procuradoria verifica a resposta adequada, com a palavra, o deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Eu tenho muito respeito pela deputada Isa Penna, mas ela está agindo aqui como se ela fosse a dona da comissão. Ela tem que respeitar as regras, Sra. Presidente. Ela fala toda hora, interrompe deputados. Esta é a Comissão, minha cara deputada Isa, de Ética, composta por determinado número. A senhora fala depois que os membros da comissão falarem. É o mínimo.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Bom, vamos então...

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente, só para eu...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A Procuradoria poderia me responder, por favor?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Art. 226... Posso, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pode.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - O Art. 266 diz assim: “A concessão de urgência, nos casos sujeitos à deliberação do plenário, dependerá de requerimento escrito, cuja autoria será da Mesa ou de comissão, quando se trata de proposição de sua iniciativa; de líder, quando se trata de proposição que tenha por autor membro de sua bancada ou ex-parlamentar a que ela tenha pertencido; do autor da propositura mais 15 parlamentares ou de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia”.

Em qual dessas questões está sendo colocada essa urgência, Sra. Presidente, só para eu entender? Foi feita por escrito? Há uma cópia para poder entregar a nós, deputados, para que eu possa ler essa urgência? Como está sendo deliberado, por gentileza? Ou a Procuradoria nos dá essa informação?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu... Pois não, deputado Barros.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Nós não podemos colocar as formalidades acima da realidade. Existe um prazo para o processo ser concluído. E a urgência torna-se necessária exatamente para que esse prazo seja cumprido ou que não seja estendido ainda mais. É extremamente evidente. Agora, há uma coisa que é ululantemente óbvia: é só colocar em votação.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presidente...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - É só colocar em votação. Se for aprovado, a gente aprova o Regime de Urgência, se não for, não fica aprovado.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem vai para...

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É só uma questão de ordem, presidente, como liderança do Republicanos. Não sou membro da efetiva comissão, mas queria fazer uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deixa eu lembrar aqui que eu estou consultando a Secretaria: realmente, quem não é membro do conselho, não pode ainda se manifestar, a não ser no momento da discussão, nos cinco minutos que tem direito. Então, eu pediria para a deputada Isa, não é uma restrição que eu estou fazendo, é uma restrição regimental. Eu pretendo aqui seguir o Regimento. Eu quero até confirmar a questão do Regime de Urgência. A Procuradoria com a palavra, por favor.

O SR. PROCURADOR - Boa tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, presidente. A questão aqui está ligada ao Art. 17, Parágrafo 2º, do Código de Ética, que prevê o seguinte: recebida a denúncia, o conselho promoverá a apuração preliminar sumária dos fatos, ouvindo o denunciando e, providenciará as diligências que entender necessárias dentro do prazo de 30 dias.

Então, aqui nós temos um prazo menor até do que o do Regime de Urgência. Parece que o requerimento do deputado Barros Munhoz é no sentido de que se reconheça que esse caso é realmente um caso de urgência por uma aplicação analógica dessa norma, que prevê, para o processo legislativo normal, o prazo de 45 dias, que, neste caso aqui do Conselho de Ética, é ainda mais estreito, são apenas 30 dias.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, doutor, confirme o seguinte: se o prazo é de 30 dias, se nós não provocarmos a urgência, nós estaríamos descumprindo uma norma do Regimento do Código de Ética da Assembleia Legislativa?

O SR. PROCURADOR - Pode-se dizer dessa forma.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Sra. Presidente, eu gostaria de me manifestar oportunamente, por favor.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pode-se dizer. Então se se pode dizer, deputado...

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Eu preciso me manifestar, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não é ainda o momento do advogado. Você deve aguardar um momento (Vozes Sobrepostas.)

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Eu gostaria de me manifestar sobre o pedido de urgência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O advogado não se manifesta sobre esse tema. Esse momento é dos (Vozes Sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Dr. Paulo, né?

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - É.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Dr. Paulo, o seu momento será na sua oportunidade de defesa depois que os deputados da comissão do conselho.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Sra. Presidente, está havendo uma possível ilegalidade aqui, eu preciso me manifestar. Pelo menos, me manifestar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sra. Presidente, eu protesto. Ele não pode se manifestar neste momento.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Isso é uma decisão do conselho.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu estou dirigindo a Mesa e eu estou sabendo o que estou fazendo. Neste momento, não é

Divisão de Registro de Pronunciamentos

possível dar a palavra para o senhor. O senhor aguarda a sua manifestação. O senhor não vai perder o seu direito de se manifestar, só que não vai ser agora.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - São cinco dias que eu perco, Excelência. O prazo acaba segunda-feira. O prazo de 30 dias acaba segunda-feira, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Agora, nós estamos no momento de discussão. Desculpe.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Não vai fazer a votação da urgência?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Vamos votar agora...

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Eu gostaria de ver o requerimento escrito, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Nós vamos votar o Regime de Urgência.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Por favor, o requerimento escrito, Excelência, temos?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O do deputado foi verbal.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Não pode ser verbal. Art. 170 do Regimento, Excelência: será escrito, depende de deliberação e sofrerá discussão o requerimento de urgência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Barros, o senhor vai fazer verbal ou vai fazer por escrito?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu faço por escrito aqui.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Suspende os trabalhos por cinco minutos que dá tempo para o deputado Barros.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Qual a autoria?

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputada Marina Helou.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Obrigada pela palavra. Presidente, eu fui bastante presente neste processo até agora. Acho que é urgente que a gente dê uma resposta à altura da gravidade deste caso frente às mulheres nesta Casa, pedir celeridade para todos os deputados aqui a todos os momentos, mas não acho que a gente pode pôr em risco a legalidade do processo.

Preocupa-me que, neste processo, a gente protele ainda mais, dando a chance de isso cair na Justiça. Eu prefiro que a gente possa sim ser muito firme e célere neste julgamento, que é fundamental sermos firmes e céleres, sem colocar em risco dar tudo para trás e a gente protelar ainda mais uma resposta à altura para a sociedade.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada, só querendo lembrar a senhora que se nós não questionarmos a questão do Regime de Urgência, nós, membros deste Conselho de Ética, estaremos infringindo o nosso próprio Código, quando ele fala que, em 30 dias, o processo tem que terminar.

Ele teve início no dia 8 de março, portanto, nós estamos há cinco dias e estamos além do prazo que nós mesmo determinamos pelo Código. Então, não está havendo nenhum cerceamento de defesa do deputado Arthur do Val exatamente porque nós estamos cumprindo o Regimento, que dá 30 dias. Por isso que qualquer atitude diferente dessa é procrastinar o processo.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Sra. Presidente, só para colaborar com a discussão, por gentileza. O prazo inicia a partir da admissibilidade, que foi no dia 18.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Doutor Paulo, eu consultei a Procuradoria. O prazo começa no dia que apresenta a representação. (Vozes sobrepostas.)

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - A senhora disse isso no caso do Fernando Cury, Excelência. Estou me baseando no precedente, Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vamos dar seguimento à sessão! Vamos dar seguimento à sessão!

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Eu tenho que ser legalista aqui.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu não tenho nenhum intuito de prejudicar. Apenas estou cumprindo o que rege o Regimento. Estamos aqui para cumprir a lei.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Perfeito. O prazo acaba na segunda.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não tenho nenhum interesse pessoal na questão.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Não há motivo de urgência. Os 30 dias acabam só na segunda.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Na verdade, o problema do regime de urgência, ainda que não fosse votado o regime de urgência, o código estabelece 30 dias.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Acaba só na segunda-feira, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não, exatamente, não. Vamos então colocar em votação o regime de urgência.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Sra. Presidente, cadê o requerimento escrito? O requerimento escrito, onde está? Onde está o requerimento escrito, Excelência? E quem são os autores?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Já tem o requerimento aqui.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - O Art. 226 diz que não pode ser um único deputado, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Doutor Paulo, eu pediria para o senhor respeitar as regras do Regimento.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Mas estou tentando, Excelência. Estou tentando colaborar.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então vamos votar o regime de urgência.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Não pode ser votado, Excelência. O requerimento não existe. Esse requerimento não existe, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Doutor Paulo, eu vou precisar cortar o seu microfone. (Vozes sobrepostas.) Pode seguir as regras desta Casa?

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Este conselho está perpetrando uma ilegalidade, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Para quem quiser verificar, está aqui. Dia 8 de março.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - A admissibilidade foi dia 18.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O senhor não vai questionar juridicamente quando tem o procurador da Assembleia Legislativa garantindo que esse direito está sendo respeitado.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Mas a senhora disse, no caso do Cury, que era da admissibilidade. Há uma ilegalidade, Excelência. Uma flagrante ilegalidade, tolhendo o direito de defesa do acusado.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Adalberto Freitas?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Do que é a votação?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Votação do regime de urgência. Como vota o deputado Adalberto Freitas?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Eu voto “sim”.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Vota “sim”. Como vota o deputado Enio Tatto?

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Voto “sim” no pedido de urgência do deputado Barros Munhoz.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Barros Munhoz?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Voto “sim”, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Wellington Moura?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Voto “sim”, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Delegado Olim?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Voto “sim”, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota a deputada Erica Malunguinho?

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Voto “sim”, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota do deputado Campos Machado?

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Voto “sim”.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota a deputada Marina Helou?

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Ainda que eu veja um risco, voto “sim”.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Estevam Galvão?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - UNIÃO - Voto “sim”, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Voto “sim”.
Então, por unanimidade, foi considerado o regime de urgência.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Sra. Presidente, não há autores para ser acolhido.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Doutor Paulo, eu vou precisar cortar o microfone do senhor.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - A senhora corte...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, por favor, corte o microfone do doutor Paulo. Deputada, se a senhora se manifestar, vou precisar também mandar cortar o seu microfone. Eu peço à deputada e o seu advogado, por favor. Por favor. (Vozes sobrepostas.)

Não dá para ficar gritando aqui. O senhor pode respeita o seu momento? Com a palavra, o deputado Campos Machado.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O deputado Campos Machado está com a palavra.

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Sra. Presidente, a presidente desta sessão é a senhora. Há que se ter respeito à presidente.

Quem não respeitar a Presidência, a porta está ali fora. Respeito à Presidência. Me desculpe. Esta é uma comissão sagrada da Casa. Nós temos que ter respeito.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Agora vamos dar a palavra para o deputado Delegado Olim. Depois, em seguida, está inscrito o deputado Enio. Vão falando quem vai querer se inscrever para discutir. Não cabe mais questão de ordem.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o resumo é rápido. É um resumo, na verdade, são sete folhas.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Preciso me manifestar, por favor, Delegado Olim.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - É que eu não autorizo, que me filme, que não seja a TV Alesp e a imprensa cadastrada. Eu não autorizo minha filmagem, que usem minha imagem para absolutamente nada. Por favor.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Eu também. O pessoal está aí filmando a gente. Quem é esse pessoal? Poderia apresentar? A Casa tem filmagem.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Mas eu não autorizo a minha filmagem, que não seja pela TV Alesp e pela imprensa cadastrada. Porque eu tenho muito receio do que é feito com essas imagens. Eu já vi muita coisa feia acontecer por aí, em termos de fake news, de edição de imagem e de vídeo. Então eu não autorizo o uso de minha imagem que não seja pela TV Alesp ou pela imprensa cadastrada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - De onde vocês são? (Voz fora do microfone.) Tá, e essas pessoas? (Voz fora do microfone.) Então eu pediria que, por favor, vocês ficassem do lado onde está a imprensa.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Presidente, eu fui explícita. Eu não autorizo o uso da minha imagem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por favor, junto com a imprensa que está lá também. Por favor. O vereador, ok, é autoridade, fica aí. Mas os outros membros que estão filmando, por favor.

O SR. EMÍDIO LULA DE SOUZA - PT - Pela ordem, presidenta. Eles podem ficar, mas não podem filmar. Eles não são imprensa autorizada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por favor, os senhores podem se retirar, junto com a imprensa? Estou pedindo para eles se retirarem. A imprensa é lá, por favor.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Não arruma confusão. Vai, não arruma confusão, está toda a imprensa lá.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É lá. Por favor. A imprensa é lá. Se está toda a imprensa lá, por que vocês vão ficar aqui?

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Ele é meu assessor.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Assessor do Arthur?

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Não, meu assessor. Pode ver que a filmagem está para mim, Sra. Presidente. Está apenas me filmando.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, com a palavra... Por favor, não interrompam agora. Com a palavra, o Delegado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Vamos lá. O resumo parece que é grande, mas é porque a letra é muito grande. É o mínimo que dá para fazer, para poder ler, na quantidade do tamanho que é o relatório.

Como o relatório que apresento é muito extenso, por conta do teor da matéria, trago um rápido resumo, que não substitui a sua leitura, mas facilita o entendimento ao abordar aspectos que estão minuciosamente ali detalhados.

“Do relatório dos autos, se compõe esse feito. O deputado Emidio de Souza ofereceu representação RGL 184, de 2022, em face do deputado Arthur do Val, porque este teria divulgado, pela mídia, um conjunto de áudios de teor sexista e misógino. Logo a seguir, outras 19 representações foram apresentadas a este conselho. Todas elas, em torno de atos, condutas e comportamentos a ele atribuídos, relacionados direta ou indiretamente, à recente viagem, que teria o representado empreendido.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Em razão do nítido vínculo que há entre todas elas, em face do deputado Arthur do Val, foi deliberado examiná-las conjuntamente. Porém, cada uma delas enfoca as condutas do representado sob ângulos e fundamentos próprios.

Dos objetos indicados no bojo dessas representações, sobressaem as condutas ditas pelas representações como irregulares e infringentes a diversos diplomas legais. Para uma explicação resumida, esses são os aspectos observados e minuciosamente detalhados no parecer apresentado.

a) Se houve ruptura das funções parlamentares, pelo representado, por sua eventual ausência injustificada.

b) Se houve o licenciamento do cargo, por parte do representado, as condições, o alcance deste, relativamente à apontada viagem, seu objeto, atos encetados.

c) Se efetivamente ocorreram a viagem, nos moldes apresentados pelo representado, incluindo a sua entrada na zona de guerra. Nesse caso, se o representado interferiu em assuntos de segurança nacional, ao perfilar-se com a população ucraniana no fabrico de armas caseiras, ostentando o cargo de deputado estadual.

d) Se houve emprego, fabricação e distribuição de coquetéis molotov, notificados pelo representado, e suas consequências.

e) A análise dos aspectos legais, formais, da captação de valores para os fins que indicou. Como se deu a consequente prestação das contas dessa captação de valores? Se houve efetivamente a remessa de valores para o exterior, de que forma foi efetuada? E se essa remessa se constituiria em uma evasão de divisas.

A análise do conteúdo do conjunto dos áudios, datados a 4 de março de 2022, e atribuídos ao representado, a origem, o alcance, a possibilidade jurídica e processual de utilização dos áudios em comento, nesses procedimentos.

Se o conteúdo das falas do representado exibe exploração, humilhação e violência moral contra as mulheres ucranianas em situações de vulnerabilidade. Se o representado, no bojo desses áudios, fez apologia ao turismo sexual.

Se a notoriedade e a repercussão pública das infrações disciplinares, que teriam sido cometidas pelo representado, influenciam no juízo de valor desse procedimento. O alcance dos assentamentos funcionais do representado, junto a este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

De outro lado, os requerimentos formulados nas representações, em face do representado, Arthur do Val, podem ser sintetizados nos seguintes pleitos:

Apuração pela quebra do decoro parlamentar.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Apurar a veracidade dos áudios, a sua origem.

Punir, com rigor, as irregularidades, com uma sanção cabível.

Punir ao mesmo representado com a perda do mandato

Se não houver esse entendimento, e posterior à aplicação da advertência e censura, perda temporária do exercício do mandato.

Que a resposta deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar seja um desagravo às mulheres ucranianas, à população paulista, e para a preservação da reputação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Remessa da solução final aos órgãos divididos.

Processado o feito, com a apresentação das defesas, instrução com os requerimentos e decisões que podem ser assim sumariadas. A defesa prévia apresentou preliminares processuais, ratificadas posteriormente à defesa final do mérito, para que as representações não fossem admitidas. As representações culminaram em ser recebidas, e foi apresentada a defesa do mérito, a qual ratifica as preliminares processuais, e rechaça o mérito das representações.

Indicou também um rol de 10 testemunhas para serem ouvidas. Foi determinada uma data para a vinda de tais, e também, expedidos e-mails nos endereços eletrônicos indicados pela defesa. Na data agendada, duas delas compareceram, e foram ouvidas: a senhora Fernanda e a senhora Julia.

A proposta ora apresentada leva em consideração os requerimentos ofertados e os requerimentos contidos na excelente defesa técnica trazida. As preliminares da defesa prévia do deputado Arthur do Val são relativas às seguintes questões:

Que os áudios deveriam ser desconsiderados, posto que afrontavam o direito constitucional de sigilo de correspondência. E deveriam ser periciados para aferir as suas origens.

Que os áudios, tendo sido gravados fora do País, de acordo com o seu entendimento, o feito não poderia ter sido tramitado aqui.

Que, quanto aos fatos, estava licenciado do cargo e, portanto, não poderia vir a ser processado por atos cometidos durante a licença.

Que a representação assinada pela deputada federal não fosse recebida e processada.

Apresentou também incidente de suspensão, porque a deputada estadual Marina Helou teria se manifestado anteriormente em sede da CPI das ações e omissões no combate à violência contra a mulher.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

No mérito, aduziu que não houve quebra de decoro parlamentar, e as representações não são motivos pelos fatos, em si, consistentes nas falas ditas como impróprias. Mas, na vingança de seus pares, e fruto de opositores políticos.

Prossegue. Se for punido, deva ser com a aplicação de penalidade proporcional à irregularidade suscitada. Invoca a recente perda temporária do mandato do deputado estadual Fernando Cury. Clama a leniência deste conselho. E que a penalização deve ter base na proporcionalidade e na razoabilidade. E que também não há competência desse conselho para investigar eventual ilícito tributário, praticado pelo Movimento Brasil Livre, relativo à campanha de captação dos valores procedida.

Iniciando-se a análise do feito, pelas preliminares suscitadas pela defesa, sou do parecer que devam ser as mesmas superadas. Pois, no que tange à questão da extraterritorialidade dos ilícitos apresentados, impende ver que não estamos tratando de matéria penal. A competência deste conselho é regida pela matéria e pela pessoa. Isto é, a natureza da irregularidade cometida, ou fato, que teria sido por deputado estadual. Preenchido esses quesitos, é competência deste conselho, como é o caso dos autos.

No que tange à licença do representado, a licença dele, por período tão exíguo, apenas interrompeu temporariamente o seu mandato, e não perdeu os laços que o unem organicamente ao Parlamento. Razão pela qual ainda é competente este conselho para o presente julgamento.

Já no que diz respeito à representação apresentada pela deputada federal Carla Zambelli, RGL nº 1897 de 2022, a irregularidade desse fica suprida por ter sido a mesma apresentada e firmada pelos outros deputados estaduais: Agente Federal Danilo Balas, Major Mecca, Frederico d'Avila, Gil Diniz, Castello Branco, e Valeria Bolsonaro, suprimindo essa questão e tornando o conselho ainda competente para a decisão relativa à questão.

No que se refere ao fato de que os áudios não poderiam ser utilizados, pois oriundos e destinados de um grupo privado do aplicativo Whatsapp e, portanto, inadmitidas em nosso ordenamento processual. Em que se pese a eventual origem dos mesmos, foram muito divulgados pela imprensa. E acabaram por ofender a muitos e a todos. E foram integralmente ratificados, seus termos, tanto pelo próprio representado, como pelas testemunhas de defesa arroladas e ouvidas.

Nas defesas técnicas apresentadas há claro reconhecimento de autoria das falas por parte do representado, em que pese que se desculpe de seu teor. Porém, essas defesas, em momento algum trouxeram prova cabal de que houve interceptação

Divisão de Registro de Pronunciamentos

maliciosa, criminosa ou indevida da correspondência particular. E, mesmo que trouxesse, não é o caso dos autos, cujo objetivo refoge a tal questão.

O fato é que o próprio representado tornou público um vídeo de oito minutos, veiculado no Youtube, no qual reconhece a autenticidade dos autos. Assim, interessa a esta apuração é que tais fatos, contidos dos áudios, foram ratificados pelo representado em seu alcance. São os que se entende por cometido de falta disciplinar, próprio da quebra do decoro parlamentar, que é o objetivo do processo.

A sua autoria foi ratificada pelo próprio representado e pelas suas defesas apresentadas. A questão da perícia das mensagens é questão para ser posta num eventual feito processual penal. E não, na apuração da conduta ética do parlamentar. Por isso, superada essa preliminar, e assim fora decidido já por este conselho anteriormente.

No mérito da questão, também os núcleos das imputações, cometidas nas diversas representações, são assim impugnados neste parecer.

Autorização para viagem.

Havia notícia, no feito, de que o representado teria viajado sem autorização desta Casa de leis, e contrariando o Art. 84 do Regimento Interno. Todavia, em razão do Ato da Mesa nº 33, de 2021, foi dito que os dias 28 de fevereiro, 1 e 2 de março não teriam expediente legislativo. E, no dia 4 de março, foi publicado no Diário Oficial o requerimento da licença do representado para o afastamento nos dias 3 e 4 de março.

Esse prazo não alcança a vedação e o prazo previsto no Art. 87 do mesmo Regimento Interno. Deste modo, este parecer é pela improcedência dessa irregularidade que, ao ver deste subscritor, não fora cometida.

Captação de recurso da população.

Ficou bem demonstrado, nas representações destes autos, que houve captação de recursos da população, mediante doações incentivadas pelo próprio representado. E este, pessoalmente, do vultoso valor que arrecadou.

O representado disse que os valores não foram destinados à sua pessoa. E sim, remetidos a interposta pessoa jurídica. Portanto, a questão da prestação de contas é assim dispensada por esse processo. Até porque, posta a inserção de documento em língua estrangeira, sem tradução, em formato não contábil, e de tão difícil compreensão, não é realmente útil à solução desta demanda.

A defesa técnica, por seu turno, promoveu uma indireta negativa geral, remanescendo o teor da destinação desses valores, questão que não interessa a este feito,

Divisão de Registro de Pronunciamentos

mas remanesce a questão posta, nas representações, de que houve a captação dessas vantagens indevidas. E assim, a procedência das representações neste ponto.

Evasão de divisas.

A questão da evasão de divisas, postas nas representações, apesar de que haveria robustos indícios de seu cometimento, vez que teriam sido levadas as doações para o exterior, acabou não sendo provada. Não há feito fiscal ou investigatório relativo a tal questão.

Há notícia também de que tal valor sequer chegou a ser remetido. E, ainda, que a notícia do representado diz respeito somente a pequenos valores, indicando como solução prudente a proposta de improcedência dessa questão. Apesar de que é indispensável que seja tal notícia levada ao efeito das autoridades devidas, para a total apuração da questão.

Confecção de coquetel molotov.

As representações trouxeram notícia de que o representado se engajou nas atividades de preparação de explosivos de fabricação caseira, conhecidos como coquetel molotov, para serem usadas pela população ucraniana contra as forças militares russas.

Isso envolve dois pontos importantes: a confecção em si desse material bélico; a questão que envolve a segurança nacional, o posicionamento da nação brasileira neste conflito.

Se, de fato, estivera lá procedendo assim, é questão não esclarecida neste processo, mas, como foi alardeada pelo próprio representado para análise do mérito de um procedimento disciplinar para verificação de eventual quebra de decoro parlamentar, é mais do que suficiente.

Sabe-se que tal arma é de extrema letalidade e fere em desconformidade com os ordenamentos legais das ações que poderiam estar envolvidas e também contra o nosso regramento jurídico. Também é ponto que o representado, como protagonista de um posicionamento dessa lauda, por ser investido de mandato de deputado estadual, personifica seus mandatários, personifica o estado de São Paulo, e, na análise de eventuais observadores internacionais, corporifica a nação brasileira e seu posicionamento político e diplomático.

Portanto, um parlamentar desta Assembleia Legislativa envolver-se em assuntos dessa ordem e de forma que participa dos esforços de guerra ao manufaturar armas caseiras para utilização do conflito e dotadas de tal letalidade, sem dúvida fere o mandamento da atividade parlamentar que todos os deputados estaduais prometeram

cumprir e seus comandos superiores de toda nossa Federação, uma vez que atividades assim podem trazer questões de ordem diplomática e de um vulto de um incidente político internacional.

Sinteticamente, não se propõe, de fato, neste processo que sequer representado tenha efetivamente efetuado essa viagem, menos ainda que tenha realmente procedido às manufaturas desses explosivos clandestinos, mas esse conselho vale-se, postas essas afirmações das representações foram corroboradas pelas publicações do próprio representado, divulgadas pela imprensa, principalmente, jamais foram negadas por sua defesa técnica e propôs, por isso, serem ditos como este conselho opinador como fatos ocorridos e comprovados para fins de análise de seu comportamento ético e relativo ao decoro parlamentar, ao qual indiscutivelmente, pelo próprio conteúdo de sua definição, trazida por todas as representações.

É esse o parecer pela procedência da decretação de quebra de decoro parlamentar, tal atividade levada a efeito pelo representado. Dos áudios apresentados, nós nos ateremos, em segundo, sequer ao teor dos áudios, que posso politicamente receber a maciça segregação de toda a sociedade e foram classificados total do tipo de repúdio e recriminação, repulsa e abominação.

Já dito que a origem de tais não interessa a este fato, vez que ratificadas integralmente pelo representado até no teor de suas defesas técnicas apresentadas. Por isso, necessário que tenha em mente a conduta do representado por suas falas, em que pese tenho dito amplo repúdio de toda a sociedade, de todos os institutos e parlamentares.

Devem ser analisados no que é importante para a decisão desse processo, que não é nem se admite ferramenta de vindita, revanchismo, jogo político ou qualquer outro sentimento ou desejo que não seja a correta prestação de justiça. Também, o objetivo dele não é julgar a extensão dos conteúdos das falas, perpetradas e que foram ratificadas como sendo proferidas pelo representado, em qualquer que tenha sido o contexto, mas se constituíram em uma falta de decoro no seu importante desrespeito ao mandato de deputado estadual desta Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Por outro lado, a própria figura elencada como de grande gravidade, que é exatamente a quebra de decoro parlamentar, é cercada de difícil definição, posto que de alcance temporal relativo a cada cultura, momento em que a sociedade está inserida. Promover o equilíbrio entre todos esses paradigmas necessita do julgador análise

profunda do conceito do que é decoro parlamentar para então saber se houve ou não quebra de tal.

Para isso, as representações, comento, com os estudos aprofundados de questão trouxeram se estender por decoro parlamentar. No parecer escrito do qual trago aqui uma breve súmula há inúmeras definições de decoro trazidas pelas representações, somente uma para que todos recordem-se do conteúdo das falas feitas pelo representado. Comparem com a definição do que é decoro para o escopo de concluírem, se foram ou não ofendidos, seus conteúdos.

Embora o conceito não esteja expresso em preceito legal, deve ser o decoro parlamentar compreendido como conduta individual exemplar que se espera ser adotada pelos políticos, representantes eleitos de sua sociedade. São ditames mínimos de integridade e hombridade que se pode esperar de uma pessoa eleita para representar os interesses do povo.

RGL 1.878, de 2022. Posta a definição, mas todas as outras lições doutrinárias e legais que contiveram as 20 representações, mais a infinidade de moções e requerimentos recebidos, sou do parecer de que os fatos havidos contrapõem-se flagrantemente do que se entende por decoro parlamentar, a via de consequências pela procedência da representação, na qual tange a irrogação em fase da representação do deputado estadual Arthur do Val.

Explicito esses pontos que expus de maneira sucinta, que não dispensa a leitura atenta do parecer que ofertei de forma escrita e de ver a questão da desdosimetria da punição. Foi dito que se julga improcedente as imputações de prejuízo por eventual ausência do parlamento, também pela suposta evasão de divisas.

Do outro lado, sou do parecer de que são procedentes a aferição de vantagens indevidas pela captação de valores junto à população, pela confecção de coquetéis molotov, por se usar como parlamentar na guerra entre nações, à revelia do escopo da nação ainda, pela confirmação dos nefastos áudios e suas transcrições.

Para a proposta de reprimenda não se pode perder de vista que pesa em desfavor do representado o apenamento por duas vezes por faltas funcionais, com aplicação da pena de advertência, conforme consta nos seus levantamentos, que, sem dúvida, agravam as circunstâncias do cometimento das infrações disciplinares.

A defesa técnica do representado invocou a histórica leniência deste Conselho de Ética e de toda a Casa Legislativa, inclusive invocando casos passados, com efeito e objetivo de um conselho ou de qualquer órgão que se julgue deve ser a justiça, não para

Divisão de Registro de Pronunciamentos

ser exemplar, de vingança por parte de toda a sociedade, ou por desagravo de outros órgãos ou pessoas ofendidas, mas para coibir que se pretenda corrigir e punir, na medida em que não pareça exagerada ou extremamente moderada. A resposta à sociedade por parte de um processo dessa ordem deve se caracterizar de um modelo da melhor aplicação possível dos mandamentos processuais e aplicações da mais clara justiça.

Não há leniência desta Casa de Leis. Não há rigor excessivo nos seus editos de julgamento. Há o equilíbrio que se almeja que seja prestada quando necessário a mais pela Justiça. Possivelmente as mitigações e as aplicações mais brandas seriam possíveis se fossem menos graves que a situação do representado não ostentasse a reincidência e não houvesse comandados imperativos como disposto no § 1º, do Art. 16, (Inaudível.) da Constituição Estadual e Federal.

Resumo. Por conclusão, estando evidenciada a gravidade das condutas representadas flagrantemente atentadas ao decoro parlamentar, conclui este parecer com a proposta que não pleiteia ser exaustiva, mas pode e deve ser completada pelos nobres pares, que tramitado pelo completo efeito pelas razões que se encerram pelas disposições emanadas nos dispositivos legais invocados seja aplicado ao deputado Arthur do Val a medida disciplinar de perda de mandato, nos termos do Art. 16, inciso II, §§ 1º e 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, nos Arts. 7, inciso IV, 11, inciso II, 13 caput. Esta Resolução da Alesp nº 766, de 16 de dezembro de 94, Código de Ética e Decoro Parlamentar. Ainda, que sejam remetidos além das comunicações de praxe requeridas nesta (Inaudível.). É como vota o parecer do deputado Delegado Olim.”

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Lido o parecer do deputado Delegado Olim. Tem a palavra, por dez minutos, os membros do colegiado. Está inscrito o deputado Enio. Em seguida, depois que todos os membros do conselho tiverem seus dez minutos, serão dados cinco minutos para os deputados que não são membros do conselho. Inclusive, o deputado Arthur do Val terá cinco minutos, como deputado, para falar. No final, o advogado Dr. Paulo Henrique terá seus dez minutos garantidos.

Queria citar a presença dos deputados Leci Brandão, Patricia Bezerra, Gil Diniz, Professora Bebel, Jorge do Carmo, Monica Seixas e Teonilio Barba. E o vereador de São Paulo. Deputado Luiz Fernando e o vereador Rubinho Nunes.

O SR. GIL DINIZ - PL - Pela ordem, presidente. Só para me inscrever.

A SRA. ISA PENNA - PSOL - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não cabe agora pela ordem. Não vou dar a palavra para se inscrever. Deputada Isa quer se inscrever?

O SR. EMIDIO LULA DE SOUZA - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Também gostaria de me inscrever, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Quem está inscrito? A deputada Erica quer falar?

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Sim.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Primeiro o deputado Enio, que pediu a palavra.

O SR. GIL DINIZ - PL - Quero me inscrever, presidente, na lista dos deputados que não fazem parte do Conselho de Ética.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Para me inscrever também.

O SR. EMIDIO LULA DE SOUZA - PT - Tem eu, presidente.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Também gostaria de me inscrever (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Gil Diniz. Deputada... (Vozes sobrepostas.)

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Só registrar a presença de mulheres ucranianas que estão na plateia, presidente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem o deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Para me inscrever.

O SR. EMIDIO LULA DE SOUZA - PT - Para me inscrever, presidenta.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Gostaria de me inscrever, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Barros Munhoz para se inscrever como membro do conselho. Deputado Emidio de Souza, com cinco minutos. Mais alguém?

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Deputado Douglas Garcia.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputados Douglas Garcia e Teonilio Barba.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem a deputada Marina.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Também gostaria de me inscrever.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Marina e deputado Teonilio. Com a palavra o deputado Enio, em seguida o deputado Barros e, em seguida, a deputada Marina. Por dez minutos, com a palavra o deputado Enio Tatto.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Pela ordem, presidente. Acho que a deputada Erica pediu inscrição também, antes do...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Desculpe, inscrição? Antes de algum desses? Antes da deputada Marina?

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Após o Enio.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Depois do deputado Enio? Então está bom. Em seguida a deputada Erica e, depois, o deputado Barros Munhoz. Desculpe.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Sra. Presidenta, deputada Maria Lúcia Amary, parablenizo-a pela condução dos trabalhos. Cumprimento também o deputado Olim pelo seu trabalho, pelo seu relatório. Cumprimento todos os deputados e deputadas, quem está nos assistindo, quem está aqui presente.

Antes de começar a discutir o mérito, Sra. Presidente, queria me solidarizar, anunciar também, me solidarizar com o grupo de mulheres ucranianas que está aqui acompanhando este trabalho. Queria me solidarizar e falar para vocês que eu me sinto muito envergonhado de estar discutindo um assunto dessa gravidade aqui no parlamento paulista, como homem, como brasileiro. A gente está tratando de um assunto com frases sexistas, misóginas, de tamanha gravidade.

Antes da minha fala, Sra. Presidente, eu queria, dentro do meu tempo, passar um vídeo de três minutos, para colaborar e até para relembrar tudo aquilo que foi colocado no relatório do deputado Olim. Eu já falei no início da reunião que eu deixei de apresentar o meu relatório em separado porque eu me sinto contemplado pelo seu relatório. Então, para colaborar, eu queria colocar um vídeo bem rápido, de dois, três minutos, e depois eu concluo os meus dez minutos.

* * *

- É exibido vídeo.

* * *

Sra. Presidente, nós estamos nesta comissão julgando a falta de ética e a quebra do decoro parlamentar de um deputado. Este conselho está discutindo isso e vai votar isso. A pergunta que eu faço a todos os pares, membros do Conselho de Ética, que estão acompanhando aqui é: houve falta de ética, houve quebra de decoro parlamentar? Eu acho que não tem dúvida nenhuma a respeito disso. Não tem dúvida. É uma vergonha para o parlamento de São Paulo, parlamento do Brasil... (Manifestação do público.)

Queria que descontasse o tempo, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por favor, podia manter essa porta fechada, por favor?

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Só homens gritando. Coincidência ou não, só homens.

O SR. EMÍDIO LULA DE SOUZA - PT - Só homens não, só homens canalhas, Isa.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Todos do MBL.

O SR. GIL DINIZ - PL - Presidente, só para anunciar que um assessor meu foi agredido agora pelo Renato Battista, membro do MBL, ex-chefe de gabinete desse vagabundo aqui. Está na delegacia agora, fazendo boletim de ocorrência. Só para a senhora pedir que a integridade física das pessoas que estão lá fora seja garantida, presidente, porque um assessor acabou de ser agredido.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não cabe essa observação agora, deputado. Deputado, o senhor está fugindo da pauta. Por favor, vamos continuar em nome da ordem.

Com a palavra o deputado Enio. Recuperou o seu tempo?

O SR. GIL DINIZ - PL - ...agredido aqui, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Gil, por favor.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Espero que o meu tempo tenha sido interrompido.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Recuperado.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Por muito menos, professores já foram...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Isa, por favor, vamos manter a ordem. Por favor. Chegará a sua vez.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - São 21 representações. Acho que todos os deputados aqui da Casa receberam inúmeras moções, pedidos para a gente tomar uma atitude séria, rápida a respeito desse episódio tão lamentável. Eu olhei aqui as 21 representações de deputados desta Casa, praticamente todos os partidos desta Casa, os grandes partidos e os pequenos partidos desta Casa, inúmeros, fizeram essa representação, deputado Emidio de Souza.

Eu tenho uma visão que é a seguinte, essas frases ditas pelo deputado Arthur do Val não é uma coisa que aconteceu por acaso. Deputado Barba, isso é uma construção do caráter do deputado, da forma de trabalhar do deputado desde o primeiro dia que ele entrou nesta Casa, neste parlamento. É a nova política que pregaram no País.

Ele chegou aqui agredindo as instituições, ele chegou aqui agredindo deputados e deputadas individualmente; isso tem tudo gravado. Agredindo os partidos como um todo. Ele chegou a esta Casa - e vem colaborar com este desfecho final - agredindo líderes sindicais, diretores de sindicatos, de entidades da sociedade civil. E quem não se lembra daquele episódio, deputado Barba, daquele dia em que a gente estava votando um projeto aqui na Assembleia Legislativa, e ele chamou todo mundo de vagabundo?

Deputado Barros Munhoz, naquele dia eu me senti, quando eu vi as professoras da Apampesp, que estão sempre reivindicando direitos, depois de trabalhar 30, 40, 50 anos... Elas estavam no plenário da Assembleia Legislativa e foram chamadas de vagabundas também - porque elas estavam reivindicando os direitos delas - pelo deputado, atingindo famílias e pessoas.

Aliás, respondeu a processo e perdeu na Justiça; teve que pagar até multa, porque atingiu famílias. Essa é a índole do deputado. Não respeita as instituições. Ninguém pode falar nada que discorde; o dono da verdade é apenas aquilo que ele pensa e aquilo que ele prega, junto com um grupo como este que está aqui fora, que o defende.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por favor. Desculpe, deputado Enio. Podia fechar essa porta para, por hora, não entrar mais ninguém, porque já tem bastante gente aqui dentro; e tumultua. Por favor. Para conclusão, deputado Enio, por favor.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Então não dá para a gente não votar favorável ao relatório do deputado Olim, deputada Leci Brandão, muito bem feito. E eu acho que ele inspira a vontade da maioria do Parlamento de São Paulo, que vai votar no plenário.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, tempo esgotado. Para concluir, por favor.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Concluindo. E eu acho que ele contempla o pensamento da maioria deste conselho, ou de todos deste conselho. Portanto, lamentando que a gente esteja votando um caso como este, de desrespeito a todas as mulheres do Brasil, da Ucrânia, de todo o planeta, o meu voto é favorável ao relatório na hora de votar, porque o deputado Olim realmente contemplou aquilo que a gente sente e aquilo que a gente deseja. Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra, a deputada Erica Malunguinho.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sra. Presidente. Só para me inscrever após a fala dos deputados.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Ok, deputada Bebel.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Boa tarde a todas e todos. Este é um dia muito importante na história da política brasileira, sobretudo na história das mulheres. Nós estamos aqui analisando um caso importantíssimo, simbólico, de violência contra a mulher. A gente está falando de violência contra mulher; não é outro tema. Eu quero dizer também que o meu posicionamento, o que constrói meu posicionamento não é nenhum tipo de afeto ou desafeto, porque eu não nutro nenhum desses dois sentimentos pelo deputado Arthur do Val.

Eu estou aqui conferida pelo voto que me foi dado para ser eleita deputada estadual em São Paulo, a primeira mulher trans, travesti, eleita neste estado; e, como deputada, no País. E também como escolhida para compor este Conselho de Ética. Todos sabem que eu tenho uma postura extremamente republicana. Sou uma pessoa, muitas vezes, polida; evito gritar, disputar fala, principalmente quando não há necessidade. Porque eu acho que quando é pontual e precisa, a fala é escutada. Eu estou perdendo minha concentração, presidenta.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu pedi, por favor, para fechar a porta e não deixar mais ninguém entrar, porque já está lotado aqui dentro. Por favor. Retomado o tempo, deputada.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Ok. Diante disso... Difícil. Diante disso, eu quero afirmar aqui que essa violência, que o que aconteceu, que a fala do Arthur do Val, por mais que muita gente tente relativizar, como as testemunhas relativizaram, ou como as minhas redes sociais foram entupidas - acho que a de todo mundo esta semana -, relativizando o processo, dizendo que ele teve um ato falho, mas que não era passível de cassação. É como se a gente estivesse fingindo e colocando para debaixo do tapete algo que é muito maior.

Eu não estou falando apenas dessa fala pontual do Arthur do Val; eu estou falando de uma história de violência, de uma estrutura e de uma lógica de poder que faz com que as mulheres estejam sujeitadas ao poder do homem. Isso, uma fala banal gera estupro; uma fala banal gera feminicídio. Ou vocês acham que uma pessoa acorda e fala “vou matar minha mulher hoje”? Isso é uma construção histórica, baseada numa lógica de poder na qual as mulheres são sempre o lado mais frágil da corda.

Então, isso que parece muito bobo, isso que é papo de homem demonstra o exercício de poder. E é necessário que a gente estanque e corte o mal pela raiz. É pela

gênese. Começa num comentário que parece muito sutil - que não tem nada de sutil, mas que parece uma conversa entre homens -, mas isso dá margem, num processo cultural de uma história fundada a partir do homem, ao número exorbitante de mulheres assassinadas. Porque, repito, é sobre poder.

Quando Arthur do Val fala: “elas são mais fáceis porque são pobres”, o que se está dizendo? Se está dizendo que as mulheres, sim, são passíveis de qualquer ação masculina. E é por isso, presidente, que eu acho que este momento é um momento para a sociedade refletir, é uma reflexão da sociedade. Esse voto que eu darei aqui é pedagógico: para mim, para o Arthur, mas é pedagógico muito mais para a sociedade. É pedagógico para as crianças, que vão saber que não é possível tecer certos tipos de comentário, falar determinadas coisas. Quiçá pensar.

Se isso, como foi dito anteriormente, é uma fala comum entre homens, então aprendam desde já. E não adianta relativizar esse caso com o caso anterior, do Fernando Cury, que é outra aberração de exercício de masculinidade. Um mal não apaga o outro. Espero que daqui para a frente a gente se comporte de forma ética em relação à sociedade que queremos para frente.

E eu digo mais: não adianta vocês dizerem que se fosse sua filha ou se fosse sua mulher... Não é preciso vocês terem uma filha para ver que a violência está acontecendo. Não é preciso isso. Olha para essas mulheres que estão aqui; elas não precisam ser parentes de vocês para vocês terem certeza de que a gente não é passível de violência.

Para concluir, presidente, eu quero dizer que isto aqui não é um palanque político. Essa minha fala não está nesse lugar, e eu tenho pavor desse tipo de atuação, que fica explorando determinados factoides para fazer política, como é o caso do próprio Arthur do Val, com diversos assuntos. Eu detesto isso. Eu me lembro da vez em que o deputado Douglas Garcia, assim que eu entrei nesta Casa, falou, ao microfone, que se uma travesti, uma mulher trans entrasse no banheiro, ele expulsaria...

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Questão de ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não cabe questão de ordem. Não pode ser interrompida. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Não interrompa. É minha fala, é meu discurso, Douglas.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Não tem nada a ver com o que está sendo discutido.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por favor.

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Tem a ver, sim. Eu estou falando sobre violência. E você foi violento comigo, eu nunca vou me esquecer disso.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - A senhora também já foi violenta comigo nesta Assembleia.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Douglas, por favor... (Vozes sobrepostas.)

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Se recolha, por favor. Esta é minha fala. Quando eu entrei nesta Casa, o Douglas falou que tiraria uma mulher trans, uma travesti a tapa do banheiro e chamaria a polícia. Um deputado falou assim para mim: “Erica, vai levando, tocando esse assunto com a barriga até a próxima eleição”.

Vejam bem como se comportam. Sensacionalismo da violência. Eu estou falando isso, Douglas, não é nem para te lembrar de que eu não vou me esquecer disso, mas para dizer que eu não estou aqui por palanque político. Eu tenho vergonha disso que está acontecendo; eu fico triste. Eu olho para o Arthur do Val e penso: óbvio que ele tem humanidade, todo mundo é dotado de humanidade.

Mas penso também que essa sensibilidade que eu tenho com todas as pessoas não deve superar a razão; a razão de que é um problema histórico, estrutural, dentro desta instituição, e que precisa ser tratado com rigor, com a seriedade, com a coerência e com o distanciamento cabível a este lugar. É por isso que é tão importante a gente retomar a história, porque isso que aconteceu, e quando eu citei o caso do Douglas, quando a gente cita o caso da Isa Penna - são situações corriqueiras e comuns. Não estão isoladas.

Arthur do Val, eu vi, em 2016... As suas defesas vieram aqui dizer que esse é um fato isolado. Em 2018 - é isso -, você invadiu um congresso de medicina, um evento de

Divisão de Registro de Pronunciamentos

medicina na USP que falava sobre sexualidade feminina, e você entrou vestido de vagina. E, desculpem a palavra, se isso for um problema para vocês, mas ele disse que o dinheiro público estava investido em “oficina de siririca”. Ele entrou num evento que discutia sobre mulheres, um evento da faculdade de medicina que, entre inúmeros temas, tinha sexualidade; e ele entrou vestido de vagina.

Me digam se isso é um fato isolado. Numa outra situação, segundo a reportagem do Uol, numa manifestação de secundaristas, em 2016, as secundaristas, as meninas se manifestando, simplesmente o Arthur do Val, segundo a matéria e o relato das meninas, além de achincalhar a manifestação, disse que elas eram gostosas e que beijava todas elas. E, ainda, existe uma acusação - e isso, obviamente, cabe à Justiça e não à gente analisar - de assédio, nessa mesma situação.

Mas enfim, para concluir, acho que minha fala vai nesse sentido, de entender que isso não é um fato isolado dentro da história do patriarcado, da história dos homens e tampouco na história do Arthur do Val. E meu posicionamento não é contra esta pessoa, mas contra essa atitude. E sim, a política brasileira não pode mais ser palco para violências. O meu voto é favorável ao relator.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra, o deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sra. Presidente, eu também solicitaria, por obséquio, a exibição de um breve vídeo. Desculpa, se você puder dar um tempinho, presidente, porque ela achou que...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Quer passar a palavra para outro deputado ou eu aguardo o senhor?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu acho que é melhor, senão eu vou atrasar.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, com a palavra, a deputada Marina Helou. Vossa Excelência tem 10 minutos para se manifestar.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Obrigada, presidente. Eu começo a minha fala infelizmente enojada por escutarmos mais uma vez tais palavras, por escutarmos mais uma vez tal tratamento com as mulheres. E sinto muitíssimo que esta Casa, hoje, tenha que se debruçar sobre tamanho retrocesso.

Reconheço também que o deputado Arthur acionou a sua militância, que está aqui na porta, para que o defenda, e, portanto, vou trazer três pontos diferentes na minha fala, três pontos que precisam ser ditos. O primeiro deles em relação à minha relação com o Arthur; o segundo deles, em relação à intimidação; e o terceiro, por fim, sobre o mérito da questão.

O primeiro deles, presidente: é sabido por todos aqui que, logo no começo desta legislatura, o Arthur subiu na tribuna, falou sobre os meus familiares, mentiu, fez ilações sobre o meu voto e insinuou corrupção, vídeo esse visto por mais de dois milhões de pessoas. O Arthur me pediu desculpas, mas nunca o fez na tribuna. E esse ponto faz com que muitos dos seus apoiadores me digam que é por isso que eu votar contra o Arthur. Não é. Não é, e eu posso provar.

Eu não estou na política por questões pessoais ou relações pessoais. Eu estou na política porque eu acredito que aqui a gente melhora a sociedade para todas as pessoas. E eu estou na política para buscar fazer o certo, não por gostos e relações pessoais. E posso provar. Este mesmo Comitê de Ética votou contra o deputado Arthur, recentemente, na questão do seu funcionário que estava viajando e assinou o ponto, e eu votei favorável ao Arthur, por entender que não era competência deste comitê aquela punição. Não é uma questão pessoal.

Segundo ponto é em relação à intimidação. Esta é uma oportunidade, Arthur, como você mesmo disse, de aprendizado e evolução. Para o Arthur, para o MBL. Essa forma de fazer política intimidando as pessoas, na sequência virando fake news e terrorismo na internet, é responsável por muito da derrocada da nossa democracia. É responsável pela forma como o Brasil está hoje, enquanto política. Nós não podemos nos deixar intimidar. Eu não serei intimidada por gente gritando na minha página; eu não serei intimidada por moleque me ameaçando. Porque a democracia precisa ser mais do que isso. Porque nós estamos aqui para mais do que isso.

Eu acredito que esta é uma oportunidade de fazer diferente, de vocês fazerem diferente e entenderem que o que estamos fazendo aqui é uma política de adultos, definindo o que pode ou não ser aceitável numa democracia, o que pode ou não ser

aceitável na política. Qual é o tratamento que a gente acha aceitável para mulheres. E é desse ponto que se trata essa questão.

Na questão do deputado Fernando Cury, eu participei de todos os Comitês de Ética, e não era membro. Eu articulei - contra muitos deputados, inclusive - para que a cassação e a maior punição fossem possíveis. Eu articulei profundamente, porque, sim, assédio é crime. Que o deputado Fernando Cury responda na Justiça, e que aqui a gente siga demarcando e colocando com clareza qual é o comportamento esperado frente a mulheres, o que me leva para o meu terceiro ponto: a questão do mérito.

Vocês sabem o que a Islândia, o Paquistão, os Emirados Árabes, Peru, Bolívia, Colômbia, todos os países da América Latina, todos os países da América e da Europa têm em comum? Todos eles têm mais mulheres na política do que o Brasil. Somos 52% da população, e só 13% das mulheres eleitas. A violência política de gênero é, sim, uma das razões para que isso aconteça e seja verdade. A forma como a gente trata e aceita que as mulheres sejam tratadas é, sim, um dos motivos pelos quais o Brasil é o quinto país mais perigoso do mundo para ser mulher.

A cada 10 minutos, uma mulher é estuprada no Brasil. A gente está aqui há uma hora e meia. A gente está falando de nove mulheres estupradas. Por quê? Porque continuamos a ser coniventes com a violência contra mulheres, e agora a gente precisa dar um basta nisso. Meu voto é, sim, favorável ao relatório do deputado Olim, à cassação, porque ele diz que não só esta Casa não vai ser conivente com a violência contra a mulher, mas que a política não é o espaço para isso, que não tem espaço na política para que a gente continue tendo esse comportamento.

E isso é fundamental, porque isso diz respeito a todas nós, a todos nós. Isso diz respeito à qualidade da democracia e à segurança das mulheres. Não é aceitável que a gente siga tendo um representante institucional se dirigindo a mulheres dessa forma. Esta Casa não pode ser conivente com esse tipo de comportamento, não pode permitir que a política seja conivente com esse tipo de comportamento.

É sobre isso que estamos votando hoje; é avançarmos de forma civilizatória, para que de fato a democracia representativa seja para todas as pessoas, para que de fato a violência não seja mais direcionada a mulheres no nosso país. É um marco que a gente precisa traçar, uma linha para garantir que, sim, as mulheres podem estar na política; que, sim, não aceitamos nenhum representante, na política, violento contra as mulheres, que assedia mulheres e que trata mulheres como objetos sexuais.

Somos mais do que isso e merecemos ser tratadas assim. É por isso que o meu voto, cara presidente, é acompanhando o relatório. É o voto “sim”, pela cassação, é o voto para que a gente possa ter, para todas as mulheres, respeito neste País. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra o deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sra. Presidente, solicito, então, a exibição de um filme de pouco mais de um minuto.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Só que antes... Tem mais algum deputado do Conselho que queira se inscrever? Deputado Wellington, ok. Para depois passar para os demais. Obrigada.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Essa é a Lei Complementar nº 64, de 1990, que diz que os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, das Câmaras Legislativas e das Câmaras Municipais que hajam perdidos os respectivos mandatos, por infringência do disposto nos Incisos I e II, do Art. 55 da Constituição Federal, enfim, perdem o direito a novas eleições, ficam inelegíveis. Tem até o dispositivo que diz o que é exatamente isso: “cujo procedimento foi declarado incompatível com o decoro parlamentar”. É o Inciso II. E o I: “o parlamentar estadual que infringir qualquer proibição estabelecida no artigo anterior.”

Eu digo isso muito rapidamente para dizer da tristeza de nós estarmos vivendo esses momentos. É muito desagradável para todos nós, a gente cria vínculos de respeito, de amizade, de consideração. Um entende a vida do outro, os pensamentos dos outros, a posição política dos outros. Eu vejo o quanto o Douglas evoluiu desde que chegou aqui; eu vejo quanto o Gil evoluiu desde que chegou a esse Parlamento. Eu vejo pessoas como o Barba, que eram muito mais contundentes do que hoje. Ele é com mais

eficiência, evoluiu maravilhosamente bem. Estou dando alguns poucos exemplos, poderia dar muitos mais, muitos mais. Uma Casa de boa convivência, de respeito ao pensamento alheio, sem agressões, sem violência.

Então, eu me sinto profundamente constrangido de dizer “parabéns, Olim, brilhante o seu voto, inatacável, substancioso, completo, esgotou, exauriu todas as questões que pudessem e que devessem ser abrangidas. Parabéns, deputado Olim, tenho orgulho de ser seu companheiro.”

Quero parabenizar a presidente, como sempre, deputada Maria Lúcia, e quero dizer o seguinte: lamentavelmente o deputado Arthur do Val se embriagou com o poder. Houve uma sessão de uma CPI, aqui nesta mesma sala, e que ele tinha entrado para substituir alguém na CPI das Universidades. E eu fiquei observando a postura dele. E a determinado momento, quando terminou a sessão, eu falei: Arthur, por que que você insiste em atuar do jeito que você atua lá no plenário? Por que você não faz o que você está fazendo nessa CPI? Você é um cara brilhante, inteligentíssimo, faça a boa política, Arthur.

Sabe o que ele me respondeu? Ele vai se lembrar disso, porque ele é muito inteligente. “E depois como é que eu me elejo?” Ah, então, eu disse a ele: esse é o caminho que você escolheu para se eleger, e esse não é o melhor caminho. Melhor caminho é de procurar fazer da política o que ela deve ser, a arte de servir, de lutar para melhorar a vida das pessoas. Eu vivi 1963, eu vivi 1964, eu me lembro onde eu estava exatamente a hora que eclodiu o golpe, em 31 de março de 64.

Eu convivi na mesma sala de aula com o Rui Falcão, Aloysio Nunes Ferreira e o pessoal Duprat, que era o pessoal da direita da faculdade de Direito do Largo São Francisco, e nunca vi o que estou vendo agora, essas ameaças que nós estamos recebendo. Isso daqui é uma covardia, isso é um mau serviço prestado à nação. Isso é degeneração da atividade política. E tenho um aqui que é suave, só me fala o seguinte: “você que ouse votar a favor da cassação do Arthur do Val, o bagulho vai ficar louco para o seu lado.” Não é o pior, o pior é um que ameaça, a desgraça minha e da minha família, incluindo os meus filhos e os meus netos.

Isso não é política, minha gente, não merece fazer parte do nosso convívio quem advogue esse tipo de política, quem faça esse tipo de política. Então constrangido porque é um ser humano como nós, é alguém com quem conversamos, com quem trocamos ideias, com quem tivemos relacionamento. Constrangido por isso? Eu não

tenho dúvida em dizer que nós temos que cassar o mandato, realmente, do deputado Arthur do Val.

Se ele quisesse não ficar inelegível, ele teve tempo antes do processo ser adotado pelo Conselho de Ética. Era só ele renunciar ao mandato. Talvez o povo até o perdoasse, e ele, de joelhos, pedisse perdão ao povo brasileiro, porque lá era um brasileiro fazendo o que fez.

E nós não podemos ignorar as circunstâncias do crime, minha gente. Você matar uma pessoa que está para lhe matar é uma coisa. Agora, você ir numa Ucrânia sofrendo o que está sofrendo, que dói no coração de qualquer ser humano que vê as imagens na televisão, que nos faz chorar de ver para onde está caminhando o mundo, realmente o ambiente é outro e o tamanho do crime é muito maior. Por isso é que exige uma punição também maior.

Então, eu quero dizer que, com a consciência muito tranquila, eu ousou até, meu querido líder comandante e irmão Campos Machado, alterar os dizeres da frase histórica de Ruy Barbosa: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a injustiça ou poder agigantar-se na mão dos maus, e etc, etc, etc, ele termina dizendo que o homem chega a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto.

Com todo respeito, mestre Ruy Barbosa, eu vou mudar o final da tua frase: de tanto ver todas essas iniquidades o homem deve encher-se de brio, não desistir, não, não rir da honra, não; valorizar os valores corretos da dignidade humana e lutar para um Brasil melhor e para um mundo melhor. Sou a favor da cassação do mandato do deputado Arthur do Val.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra o deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Sra. Presidente, Srs. Deputados, recentemente foi publicado num site chamado “Migalhas”, que diz assim: “Advogado elenca motivos para Ucrânia dispensar ajuda de brasileiros”, e de acordo com especialistas uma das razões seria o áudio polêmico do deputado Arthur do Val.

Aí ele diz que com a intensificação do movimento militar na Rússia sobre a Ucrânia, o número de refugiados que procura abrigo é cada vez maior e segue crescendo em diversos países no mundo. Grupos e organizações se mobilizaram para viabilizar

roupas, alimentos e até mesmo moradia em outros países para os refugiados que se viram obrigados a deixar o seu país em meio ao conflito.

E diz assim: “a publicação mais notória foi sobre o deputado estadual de São Paulo, que supostamente foi ao país oferecendo ajuda humanitária aos refugiados, mas enviou áudios repugnantes sobre as mulheres ucranianas em grupo de amigos, dentro do aplicativo de mensagens.” E esse fato prejudica o Brasil como um todo, que acaba perdendo a sua credibilidade perante os outros países. E o advogado diz assim, que as pessoas não costumam ir à guerra para entrar em combate e postar nas redes sociais, mas foi exatamente isso que um grupo de voluntários brasileiros fez recentemente, ficando na mesma base de uma das tropas ucranianas enquanto postava os “Stories” em vídeos em seus perfis pessoais. O próprio advogado dessa organização, a transferência de alguns refugiados da Ucrânia para diversos países, inclusive ao Brasil, mas viu a movimentação perder força após a declaração do presidente ucraniano.

E o presidente diz o seguinte: “Isso me frustrou bastante, porque enquanto de um lado estamos lutando para ajudar as pessoas que estão realmente sem comida, sem roupa e até mesmo abrigo existe outro lado com pessoas que querem aparecer nas redes sociais, realizando uma esfera, uma espécie de falso heroísmo, quando na verdade elas poderiam estar ajudando de maneira realmente efetiva essa população de refugiados. Isso é um trecho de um site que infelizmente mostra como o nosso país, o nosso estado de São Paulo está sendo, nesse momento, agredido por tudo aquilo que o deputado Arthur do Val fez não às mulheres ucranianas apenas, não às mulheres do nosso país e do nosso Estado, mas às mulheres do mundo. Faltou respeito.

Primeiro, deputado Arthur do Val, V.Exa. cometeu vários erros: viagem sem autorização desta Casa pela Mesa Diretora; segundo, pela captação de valores junto à população para uma entidade chamada MBL, e provocando assim a evasão de divisas, que pode até ter sido legal, isso o Ministério Público e a Justiça vão decidir futuramente, mas esse ato foi no mínimo imoral. A própria Constituição do nosso Estado diz assim: “É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas ao deputado ou a percepção de vantagens indevidas.”

Vossa Excelência até hoje usa as suas redes sociais de forma monetária para arrecadar dinheiro, para arrecadar fundo até mesmo num momento como esse. Porque tenho certeza que V.Exa. não está deixando de ganhar os seus recursos financeiros, mesmo com todas as tragédias cometidas por Vossa Excelência.

Quarto: pela confecção de coquetéis molotov e posicionar-se na guerra entre outras nações, e como parlamentar, porque V.Exa. não pediu dispensa aqui de parlamentar para ir lá como uma pessoa comum. Pela confirmação dos áudios, pois você mesmo assumiu que os áudios são seus, e no momento que você assume não há defesa que possa te defender nesse momento em relação a se o áudio é realmente verdadeiro ou não, já que V.Exa. confirmou várias vezes. E por ser reincidente em faltas disciplinares, tendo tomado duas advertências e mesmo assim continua errando em suas condutas parlamentares, e não tendo submetido não só as mulheres ucranianas, mas todas as mulheres do nosso Estado e País a uma vergonha.

Vossa Excelência, deputado Arthur do Val, não merece mais carregar o nome deputado estadual Arthur do Val Mamãe Falei, mas apenas o nome Arthur Moledo do Val.

E para concluir, Sra. Presidente, eu digo o seguinte: por esse motivo, deputado Arthur do Val, irei votar pela sua perda de mandato, pois você deixou de representar não só as mulheres de São Paulo, mas também todas as mulheres do nosso País. Infelizmente eu digo isso, que nós... sou a favor do relatório do deputado Delegado Olim, e o parabênico, deputado Delegado Olim, pelo excelente relatório, por tudo que foi apresentado nele, que não mostra dúvidas que esse Conselho de Ética deverá, não, mas vai assumir hoje seu papel, que é de cassar o mandato do deputado Arthur do Val.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem, presidente,

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Queria citar...

Pela ordem, deputada...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Para me inscrever.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Carla Morando.

Não tendo mais nenhum... Queria citar a presença do deputado Danilo Balas e do deputado Maurici.

Nenhum deputado mais do Conselho de Ética, eu passo a dar a palavra, por cinco minutos, aos demais membros, os deputados.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

A primeira palavra ao deputado Gil Diniz.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - A senhora me inscreve, presidente? Por favor?

O SR. GIL DINIZ - PL - Presidente...

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A senhora pediu primeiro?

Com a palavra a deputada Isa Penna. Desculpe.

O SR. EMÍDIO LULA DE SOUZA - PT - A senhora pode ler, por favor, a relação dos deputados?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Tem o deputado... agora a deputada Isa Penna, deputado Gil Diniz, depois o deputado Emídio, depois o deputado Douglas Garcia, Teonílio Barba, Valeria Bolsonaro, deputada Bebel, deputada Patricia Bezerra, deputada Monica Seixas e depois deputado Danilo Balas. Mais alguém?

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - A senhora me inscreve, por gentileza?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A deputada Carla Morando, desculpe, deputada Carla Morando e depois o deputado Jorge do Carmo.

Com a palavra a deputada Isa Penna, cinco minutos.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Olá. Eu queria primeiro saudar todas as mulheres que vieram aqui corajosamente e que estão não aqui protegidas na condição de deputadas, mas que estão aqui como cidadãs, levantando esses cartazes, apesar da tropa de machos que estão lá fora tentando implodir essa reunião aqui, porque é isso que está acontecendo aqui.

Bom, primeiramente eu quero lembrar a todos que eu fui vítima aqui nessa Casa de assédio físico, flagrantemente, flagrado e amplamente veiculado nacionalmente e internacionalmente. Agora eu tenho rosto; eu pensei muito no que diferiu os dois casos, o meu e o do Fernando Cury. É obviamente um assédio físico, é mais grave do ponto de vista da dosimetria penal, do Código Penal, do que um assédio verbal.

Porém, nesta Casa Legislativa, por eu ter um rosto, por eu ter um corpo, por eu ser uma mulher, por eu ser uma mulher de esquerda, por eu ser uma mulher feminista eu fui, sim, vítima de uma manobra nesse Conselho de Ética, por parte do deputado Wellington Moura, por parte de quem apresentou o relatório para reverter e ir para votação no plenário só a pena de seis meses, "sim" ou "não".

O deputado Emídio aqui lembra bem, foi meu companheiro nessa batalha, deputada Erica Malunguinho também, mas nós não estamos aqui para falar disso hoje, eu quero deixar claro e todos vocês são testemunhas do quanto eu lutei pela cassação do Fernando Cury.

Portanto, sem dúvida nenhuma, é injusto que Fernando Cury não tenha sido cassado, mas a injustiça é comigo, é com as mulheres, e não com Arthur do Val. Portanto, Arthur do Val, tire o meu nome, a situação de violência que eu passei dessa Casa das suas justificativas públicas e jurídicas, porque se teve alguém que foi injustiçado não é você com a sua cassação. Fui eu, que sofri uma violência, sofro com ela até hoje nessa Casa, sou obrigada a conviver com o homem que me assediou graças a muitos deputados que estão aqui hoje bradando pelos direitos das mulheres. Eu ainda hoje encontro o meu assediador nos corredores da Assembleia Legislativa, e nunca vou me esquecer disso, nunca.

Mas quero dizer aqui que a responsabilidade agora é de fazer história, e a cassação do Arthur do Val não vai me deixar de forma alguma com a sensação de que eu, de que, enfim de qualquer sensação negativa, pelo contrário vai lavar a minha alma, porque essa Assembleia Legislativa então vai abrir um precedente, violência contra a mulher é um ato que é passível para cassação. Por isso a importância do meu caso. Para isso, foi

estabelecer o mínimo, o mínimo que era possível para uma mulher de esquerda, uma mulher feminista, uma mulher que aponta, que denuncia.

Eu não tive direito à pena que era justa, que era a cassação do Fernando Cury, mas as mulheres ucranianas merecem a cassação do Arthur do Val, e assim como eu mereci e lutei por aquilo que eu entendia que era punição cabível, vou lutar por ambas aqui, porque como disse a Erica, a violência contra a mulher não é uma questão personalíssima; é uma questão geral da sociedade.

E por isso eu não me sinto aqui de forma nenhuma... eu me sinto aqui vivendo um novo momento, um novo episódio de violência contra mulheres, mas dessa vez há a possibilidade do assediador ser cassado, porque essas mulheres, como é um áudio, no geral, essas mulheres são refugiadas, elas não têm rosto, não têm nome, elas não têm desafetos, elas são genérico, mulheres, mas isso por si só é importante, porque a próxima vez que alguém pensar em cometer violência contra mulher nessa Casa Legislativa sabe que isso será crime passível de cassação.

E por fim, presidenta, dizer o seguinte: estou estudando inclusive o que posso fazer juridicamente a partir dessa decisão com as minhas advogadas que estão aqui presentes. A indiferença do Arthur, nesse momento, a tentativa de não nos olhar nos olhos, de não se dirigir a nenhuma das mulheres aqui é o que me chama mais atenção.

Você proferiu aquelas palavras naquele, naquele áudio, e eu quero te dizer uma coisa, Arthur: aquilo lá não era digno nem de um grupinho de futebol; aquilo lá é uma atitude que eu tenho certeza que não foi a primeira vez, você chegou a um ponto de indiferença em que nós, mulheres, não somos gente o suficiente para sermos dignas do seu mínimo respeito.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Para a conclusão, deputada.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Como se fossem presas, ele descreve minuciosamente técnicas para nos pegar, como se laça, como se fazem armadilhas para animais. É assim que ele vê as mulheres e é isso que tem que acabar.

Nós temos direito e temos a nossa sexualidade, que deve ser respeitada. Isso também é sobre o nosso direito à nossa sexualidade, à nossa existência neste planeta, nesta vida. Por isso, todo o meu repúdio. Ainda faz menção a algo que não foi mencionado aqui, àquelas falas de que elas são mais vulneráveis porque são pobres.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Conclusão, deputada.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Isso eu acho que é um elemento que não tinha aparecido até aqui, presidenta. Desculpa. E isso acontece todos os dias.

Então, o deputado Arthur tem que ser cassado, sim, para dar o exemplo para a sociedade, sim, de que esse tipo de pensamento é criminoso. Eu entendo que isso é um avanço e que essa vitória é parte de um processo do qual o meu caso é parte. É a mesma luta. Portanto, estarei... Não adianta colocar gente para vir me ameaçar, para vir me encher o saco, para vir inventar fake news.

Pela cassação de Arthur do Val, presidenta. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra, o deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - PL - Obrigado, Sra. Presidente. Cumprimento aqui todas as mulheres, todo o público presente, principalmente essas mulheres que representam a comunidade ucraniana, o povo da Ucrânia que, neste momento, sofre com uma guerra desproporcional.

Esse cidadão aqui, Arthur do Val, que está aqui com essa cara de vítima, não é vítima de absolutamente nada. Esse cidadão foi fazer campanha na Ucrânia. Foi usar o povo ucraniano para fazer palanque político, para fazer a sua pré-campanha de governador. Não foi isso, Arthur?

Outro que deveria estar sentado ao seu lado aqui é o Sr. Renan Santos, aquele que te ensinou como pegar mulher no mercado em cidades pobres. Olha aqui, Arthur. Olha no meu olho. Covarde. Olha aqui no meu olho, Arthur. Olha aqui, está sorrindo por quê?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, por favor. Deputado Gil...

O SR. GIL DINIZ - PL - “Fáceis porque são pobres”, não é mesmo? Repete aí, com todos aqui presentes, com essas mulheres ucranianas aqui presentes. Repete aí, Arthur. “Fáceis porque são pobres”, não é mesmo? Seu playboy.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, contenha-se.

O SR. GIL DINIZ - PL - Não conhece o que é ser pobre. Não sabe o que é a pobreza. Não sabe o que é o sofrimento de uma pessoa vulnerável, lá na Ucrânia ou aqui em São Paulo. Você fez uma comparação de uma fila de refugiadas ucranianas, sem maridos, sem filhos, com uma fila de porta de balada em São Paulo. É a sua cara, Arthur. Você não é só um anão físico, você é um anão moral. Um anão moral. Você não representa absolutamente ninguém. Foi fazer o seu “tour de blonde”, não foi? Se deu mal, né? Se deu mal.

“Fáceis porque são pobres.” Por que você não fala publicamente aquilo que você tem no seu coração? Aquilo que você é? Como é? “Ah, eu quero ser deputado para pegar menininha.” Você já falou isso para mim, seu moleque. Não é a primeira vez, Isa e deputadas que estão aqui, que ele faz isso. Não é a primeira vez. Ontem eu tive acesso a um grupo de WhatsApp onde esse cidadão manda fotos de mulheres com quem ele teve relação sexual. Ele tira foto e manda no grupo de WhatsApp.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. GIL DINIZ - PL - O vagabundo! O vagabundo!

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Presidente, com todo o respeito, eu pediria ao nobre deputado Gil... Eu entendo o seu sentimento, entendo...

O SR. GIL DINIZ - PL - Não é a primeira vez, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu entendo perfeitamente, mas eu pediria até para a gente caminhar de uma forma mais objetiva e, sinceramente, para não acirrar

ainda mais os ânimos que já estão acirrados, com todo o respeito que V.Exa. merece e sabe disso.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu ratifico as palavras do deputado Barros, deputado Gil, porque...

O SR. GIL DINIZ - PL - Obrigado, deputado, mas é a indignação com alguém que sempre utilizou essa militância pelega aqui fora, que usou os milhões de seguidores em suas redes sociais para intimidar este parlamento e agora faz cara de coitado, faz cara de vítima, faz cara de menino que foi pego em flagrante em um simples erro. Mentira! É um ator.

É constrangedor ficar no mesmo espaço que esse cidadão, a quem estou representando inclusive criminalmente no Ministério Público. O Ministério Público pediu para ele ser ouvido. A conduta criminosa.

Sabe o que o deputado Arthur do Val, que aponta o dedo nas nossas caras, fez este ano aqui na Assembleia? Não apresentou nenhum projeto de lei, mas esta semana atribuiu 18 mil reais de gratificação especial de desempenho para os seus assessores, mas joga na nossa cara que é o deputado mais probo. Cinco mil reais para um, cinco mil reais para outro e cinco mil reais para outro. E depois...

Desculpem aqui os homens, as mulheres, pelo meu excesso. Quer se fingir daquilo que ele não é. Ele foi pego em flagrante, porque realmente estava à vontade em um grupo de amigos, falando o que sempre falou, falando o que ele fala nos corredores aqui, falando o que ele fala dentro do gabinete. Isso é Arthur Moledo do Val.

Deputado Olim, parabéns pelo seu voto, Olim. Parabéns pelo seu voto. Ele já foi punido neste Conselho de Ética, deputado Wellington Moura. Sabem por quê? Porque ele liberou um funcionário dele que ganha 24 mil reais para ir pedalar no Chile. Sabe o que ele fez?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Conclusão, deputado.

O SR. GIL DINIZ - PL - Para concluir, presidente. Ele deixou assinar o livro-ponto. Fraudou o livro-ponto e foi advertido por este Conselho de Ética aqui.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Então, o deputado Arthur é uma fraude, moralmente falando, como ser humano. Vai fazer campanha política, vai fazer da miséria humana, ele vai fazer de uma guerra, onde ele diz que vai fazer caridade, vai procurar mulheres, vai fazer o “tour de blonde” com o seu amigo do Movimento Brasil Livre que deveria estar sentado com ele aqui, olhando nos olhos destes parlamentares. Ele desrespeita não só as mulheres ucranianas, mas todo o povo de São Paulo e todo o povo brasileiro.

Então, tem que ser cassado, Arthur. Repete aí nesse microfone as suas palavras. Palhaço!

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra agora o deputado Douglas Garcia.

O SR. EMIDIO LULA DE SOUZA - PT - Pela ordem, presidenta.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - É o deputado Emidio, não é, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu só peço por favor aos deputados, estamos decidindo o destino de um deputado nosso, eu pediria que tivessem a contenção das palavras para que não houvesse esses discursos com ódio, com raiva, com xingamentos, e que a gente pudesse manter a ordem e a ética no comportamento nosso aqui. Por favor, com a palavra o deputado Douglas Garcia.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Eu acredito que seja o deputado Emídio, pela ordem que a senhora tinha lido antes.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Desculpe?

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Depois do Emidio seria a minha vez, não é?

O SR. EMIDIO LULA DE SOUZA - PT - Sou eu, presidenta.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Ah, desculpe. É verdade. Deputado Emidio, desculpe. Foi sem querer.

O SR. EMIDIO LULA DE SOUZA - PT - Eu entendo, presidenta, dada a gravidade deste momento e da decisão que este colegiado tem que tomar.

Quero cumprimentar o Delegado Olim, deputado, pelo brilhante relatório. Eu estive no seu papel um ano atrás, quando do caso do assédio à deputada Isa Penna, e sei da responsabilidade com que a gente tem que se comportar.

Eu fui o primeiro autor dessa representação, porque me parece uma coisa por demais clara, ela é clara aos olhos e à mente daqueles que defendem o humanismo, daqueles que sabem respeitar as pessoas, as mulheres e conviver em um mundo plural. Ele só não é claro para aqueles que fazem da política a arte da lacração. Esse foi, desde sempre, o comportamento do deputado Arthur do Val: a arte da lacração, de utilizar o mandato simplesmente para ganhar novos seguidores nas redes sociais, monetizadas, devidamente monetizadas. Esse mandato foi para isso.

Todos nós, tendo um mandato, tendo meio mandato, tendo dez mandatos, todos nós vamos fazer parte da história deste Parlamento e deste estado de São Paulo. Na nossa história, vai estar registrado o que cada um de nós foi capaz de fazer, que projetos apresentamos, que bandeira defendemos, que comportamento tivemos do ponto de vista político, mas também do ponto de vista moral, ético, daqueles que sabem se comportar segundo a dignidade que se espera de um parlamentar, de uma parlamentar.

Nós não estamos sozinhos. Eu sou daqueles que não me assusto com a turba. Não me incomoda a turba. Não me incomoda. Eu não vou protestar contra quem está protestando aqui fora, porque muitas vezes temos outros protestantes aqui que vêm protestar por causas, essas sim, justas.

Mas isso mostra o tamanho da doença que acomete a nossa cidadania. O tamanho da doença. Os que berram aqui, berram por alguém que agrediu as mulheres ucranianas e brasileiras. Os que berram aqui berram por alguém que foi capaz de descrever as mulheres ucranianas como objeto completo, apenas um objeto e nada mais.

Naquele local onde o deputado Arthur do Val foi, provavelmente para fazer uma nova lacração, o interesse dele nunca foi solidariedade ao povo ucraniano e muito menos aos brasileiros e brasileiras que tentavam atravessar a fronteira e necessitavam de acolhimento. Não foi para isso. Ele foi para lacrar, foi lá para gravar, foi lá para sustentar a sua turma do MBL, o Movimento Brasil Livre. Não sei, Brasil livre do quê?

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Talvez livre da moral, livre da ética, um Brasil livre do humanismo, livre do respeito às mulheres, livre da seriedade com que se deve comportar um parlamentar.

Nós não estamos sozinhos. Essa turba não me assusta, porque a quantidade de manifestações que esta comissão recebeu, não dá nem para ler. Só de câmaras municipais, você tem aqui São José dos Campos, São Roque, São Carlos, Diadema, Jundiaí, Cotia, Mauá, Capivari, Serra Negra, Ilha Comprida, Praia Grande, Socorro, Itapeverica, Sumaré, Bragança e por aí vai. Abracrim, OAB de São Paulo, Central Ucraniana Brasileira, que não aceitam esse tipo de comportamento.

Ali, deputada Marina Helou, aquelas mulheres que ele fala que era maior do que uma fila de balada, conta como se fossem laranjas, “umas duzentas”. Se ele entrasse na vida de cada uma delas, sob aquele frio de 20 graus abaixo de zero, muitas sem agasalho, sem calçado, tinham deixado tudo para trás, tinham deixado filho para lutar na guerra, o marido de menos de 60 anos, ou o pai, para lutarem na guerra, e estavam ali sem comida, sem futuro, sem perspectiva. Para aquelas que precisavam de abraço, o deputado ofereceu a zombaria. Para aquelas que precisavam de proteção, o deputado foi capaz de utilizar daquela fragilidade para poder se beneficiar pessoalmente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A conclusão, deputado, por favor.

O SR. EMÍDIO LULA DE SOUZA - PT - Concluindo, presidenta. Eu não vejo outra saída e fico contente com a manifestação dos deputados e faço um apelo: vamos aprovar a cassação do deputado Arthur do Val, não por nove a um, não por oito a dois, não por sete a três, não por seis a quatro. Por dez a zero, para que a esta Casa fique muito claro qual é o papel que ela tem nessa questão.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Queria anunciar também a presença da deputada Adriana Borgo. Com a palavra, então, agora, o deputado Douglas Garcia.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Muito obrigado, Sra. Presidente. Quero cumprimentar a todos os membros do nobre Conselho de Ética da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Começo meu discurso parabenizando o excelente relatório, impecável relatório elaborado pelo deputado estadual Delegado Olim. Confesso que este momento que a Assembleia Legislativa vive não é um momento feliz, não é um momento alegre. Muito pelo contrário, é um momento triste. É um momento em que estamos vendo uma pessoa que foi investida do poder vindo pelo povo sendo destituída por pura irresponsabilidade. Infelizmente, cabe a nós, deputados estaduais desta Assembleia Legislativa, este papel, o papel de julgar.

Foi trazido através deste relatório do deputado estadual Delegado Olim, em que pesem as questões envolvendo imunidade de fala, concedida pela nossa Constituição, que diz que os deputados são invioláveis através de suas manifestações, civil e penalmente, o relatório do deputado estadual Delegado Olim traz, além da questão da fala absurda feita pelo deputado Arthur do Val - falas nojentas, asquerosas -, também algo que precisa ser levado em consideração, que é tão grave quanto aquilo que ele disse nos áudios, que é o atropelo do direito internacional.

Arthur do Val solapou o direito internacional. Arthur do Val pisoteou as normas internacionais, inclusive aquelas em que o Brasil fez convenção, de que o Brasil faz parte, no momento em que ele vai até o outro lado do mundo auxiliar na produção de coquetéis molotov para o exército “X” ou “Y”, no momento em que vai até um orfanato entregar doações e, dentro dessas doações, ele dá a entender que existe material para ser entregue a outro exército, ou seja, isso é grave.

A atuação direta de um parlamentar, de uma autoridade civil brasileira, intervindo em uma guerra de que o Brasil não é participante, da qual o Brasil não participa. Isso é grave e esta Assembleia Legislativa deve se debruçar sobre isso com a mesma seriedade que está se debruçando com relação às falas feitas pelo Arthur do Val. Diversos especialistas em direito internacional afirmam que as ações do deputado Arthur do Val na Ucrânia ferem diretamente o direito internacional e colocam o Brasil em uma situação difícil, podendo causar um incidente diplomático ao nosso país.

Você não simplesmente tira o terno, tira o blazer e fala “Tirei o blazer, estou livre do meu blazer”, da mesma forma que você faz com seu cargo de deputado estadual. “Olha, não sou mais deputado, estou livre para ir à Ucrânia, para ir à Rússia fazer o que bem entender.” Não! Você é deputado hoje, você é deputado ontem. Se Deus quiser, não será mais deputado daqui a duas semanas, mas o fato de você ter pedido licença para ir à Ucrânia não significa que você deixou de ser uma autoridade civil. Ainda estava investido no cargo!

Por isso, por intervir diretamente em uma guerra da qual o Brasil não faz parte, em que o Brasil já se posicionou na Organização das Nações Unidas, exatamente o contrário daquilo que o Brasil se posicionou, é grave. Essa Assembleia Legislativa irá julgá-lo em decorrência disso e não só pelas falas absurdas que disse.

Apesar de o senhor não acreditar na própria imunidade parlamentar, porque lembro muito bem quando o senhor defendeu a cassação do deputado federal Daniel Silveira pelas falas dele. Agora, o senhor está dizendo para todo mundo não cassá-lo porque simplesmente foram palavras jogadas, foram palavras mal ditas. Quer dizer então que quando é para cassar alguém que o senhor não gosta, aí tudo bem. Aí a imunidade parlamentar precisa ser relativizada. Mas quando é comigo, não. Coerência! A população brasileira está acompanhando esse caso. A população brasileira não vai ser feita de idiota.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Para a conclusão, deputado.

O SR. DOUGLAS GARCIA - REPUBLICANOS - Para concluir, Sra. Presidente. Nós exigimos a cassação do deputado Arthur do Val, não só pelas suas falas absurdas, nefastas e nojentas, mas sim pelo fato de quase ter causado um incidente diplomático ao Brasil, lá do outro lado do mundo, representando inclusive o Parlamento Paulista. Isso é inadmissível. Esta Assembleia deve lhe cassar o mandato.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra o deputado Teonilio Barba. Tem cinco minutos.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Obrigado, Sra. Presidente Maria Lúcia Amary. Cumprimento todas as deputadas, todos os deputados, as mulheres ucranianas. Quero cumprimentar o Delegado Olim pelo brilhante relatório que abordou todas as estripulias que o Arthur cometeu.

O Arthur revela a sua segunda face. A primeira face do Arthur ele revelou aqui no dia 15 de março de 2019, no momento em que a deputada Adriana Borgo foi votar e ele tomou o microfone da mão da deputada Adriana Borgo. Era a eleição da Mesa. Pouca gente lembra disso. Eu estava próximo do Arthur. Ali começou a confusão.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Depois disso, em algum momento, o Arthur se dirigiu aos deputados e deputadas desta Casa nos chamando de vagabundos. Naquele momento, entrei com uma representação contra o Arthur no Conselho de Ética. Vários deputados queriam assinar. Eu pedi para os deputados não assinarem. Falei: “Se muita gente assinar, na hora de julgar, vão falar, pode haver uma questão jurídica dizendo que nós temos interesse”. Então, eu o fiz em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores.

O terceiro momento é o debate da reforma da Previdência, quando o plenário desta Casa estava cheio de trabalhadores e trabalhadoras da Educação, da Saúde, Assistência Social, Polícia Civil, vários trabalhadores de várias categorias do estado. Quando ele vai fazer a disputa ideológica a favor da privatização, até aí não tem problema, é uma questão ideológica, não tem problema, é um modelo de governo, mas é quando ele começa a ofender os trabalhadores e trabalhadoras no plenário, chamando-os de vagabundos. Todo mundo se lembra disso. Naquele dia, eu e o Arthur quase saímos no braço. A turma do “deixa disso” entrou no meio e foi importante para não deixar ir às vias de fato. Aí já é um fato grave.

Olha agora a gravidade daquilo que o Arthur está revelando, a segunda face dele. A violência do poder econômico. Pouca gente reparou nisso, na violência do poder econômico, de dizer que as mulheres ucranianas “são fáceis porque são pobres”. Isso é uma parte do vício da elite brasileira machista, sexista, misógina e preconceituosa. Isso quer dizer que, em qualquer bairro da Ucrânia ou qualquer bairro de São Paulo onde as mulheres forem bonitas, mas forem pobres, a violência do poder econômico pode chegar lá e tratar a mulher como objeto. Faz parte do conceito do caráter do Arthur pensar dessa maneira.

Eu, em uma determinada reunião do Colégio Líderes, o chamei de canalha, mas estava enganado. Ele não é canalha, ele não tem caráter. A questão do Arthur é essa. Por isso, eu acho, deputado Barros Munhoz, Campos Machado, meu amigo, e todos nós, deputados homens aqui, que temos uma missão nesta Casa, que é a luta contra a violência contra mulher, e em todos os sentidos.

Pouca gente reparou, no dia em que o Fernando Cury subiu para se defender, dizendo que havia feito uma brincadeira com a deputada Isa Penna, que ele estava acostumado a fazer isso com as mulheres aqui na Casa e com a chefe de gabinete dele, que era uma mulher. Se aquele caso for para a Justiça e pegarem o depoimento dele, a defesa dele, e entregarem na mão de juiz, e o juiz tiver o mínimo... (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A conclusão, deputado.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Ele será condenado. Então, Sra. Presidenta, parabéns pela agilidade do caso. A senhora tem conduzido com muita seriedade. E parabéns ao Delegado Olim pelo relatório que fez e pela cassação do Arthur do Val. Não é “Fora, Arthur do Val”, é banir o Arthur do Val da política por um bom período no estado de São Paulo e no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra a deputada Valeria Bolsonaro.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PL - Boa tarde a todos. Boa tarde, presidente; boa tarde, relator e todos os deputados aqui presentes. Eu vou ser muito breve e muito pontual, porque eu começo a minha fala sobre alguns aspectos que a gente tem. Eu sou mulher, eu sou esposa, eu sou mãe de duas filhas e, além disso, eu sou professora.

As palavras do Arthur do Val, quando eu tive conhecimento, realmente eu tive um sentimento de asco, porque não dá para imaginar que uma pessoa dessa possa ter contato com qualquer menina, com qualquer moça, com qualquer adolescente que cruze o caminho desse rapaz, porque essa, com certeza, vai se tornar uma vítima. Eu acho que, como mãe, eu morreria se soubesse que uma pessoa que pensa como o que ele colocou ali, entre amigos - que é onde a gente expõe realmente o nosso caráter e o que a gente pensa -, uma filha minha chegasse perto de uma pessoa dessa.

Mas, pior do que isso, é como professora. Em 32 anos de sala de aula, eu encontrei muitos adolescentes do tipo Arthur do Val dentro de sala de aula, adolescentes em que infelizmente os pais não se atentam aos limites, à responsabilidade que se deve ter na criação de uma criança que vai virar um adolescente, um jovem e um homem dentro da sociedade. Quando ele está sozinho dentro da sociedade, e não tem mais o amparo da família para ficar passando a mão na cabeça, ele pode ultrapassar os limites que não foram dados para ele enquanto ele estava sob o domínio da família.

E aí acontece isso, cria-se uma pessoa que não tem respeito, que não tem limites e não sabe onde a liberdade dele acaba e a liberdade do outro começa, que não consegue olhar para uma pessoa e ter algum tipo de sentimento. Isso é o que mais me assusta, essa

Divisão de Registro de Pronunciamentos

carinha de bom moço, que não olha no olho de ninguém. Sorri o tempo todo, e ninguém consegue entender por quê, porque eu não vejo aqui um motivo sequer para um sorriso, mas é isso que a gente vê.

Então, é bom que a gente reflita, enquanto sociedade, sobre as crianças que nós estamos criando dentro de nossas casas. Porque para nós, como professores, é muito difícil, dentro de uma sala de aula, quando a gente pega muitas crianças assim. Então essa responsabilidade também fica para as famílias.

Eu quero aqui me solidarizar com todas as mulheres ucranianas em particular. Desculpa por tudo isso. Essa pessoa não representa a mim em absolutamente nada. Então eu me desculpo principalmente à Fabiana Tronenko - não sei se é assim que se pronuncia. Eu tive contato com ela, e foi ela que fez aquele vídeo. A ex-embaixatriz da Ucrânia fez aquele vídeo emocionado logo no dia que saíram os áudios.

Ela me contou que, justamente naquela semana, o seu marido, que estava em um outro local, tinha acabado de ir para o front, para defender a honra da família, porque o os avós dele participaram de guerra, e para defender a esposa e a filha, porque a filha é ucraniana, a esposa é brasileira.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A conclusão, deputada.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PL - Então, eu me coloco aqui, presidente, agradeço e parablenizo-o pelo seu relatório, deputado Olim, e me coloco aqui como muito assustada com uma situação dessa. Espero que isso sirva de exemplo para que a nossa sociedade possa refletir de uma forma muito mais ampla. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra a deputada Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Boa tarde, Sra. Presidente. Cumprimento também o relator, Delegado Olim, que eu cumprimento também pelo texto e pela defesa feita pela cassação do deputado Arthur do Val. Cumprimento todas as deputadas presentes nesta sessão, nesta triste sessão. Cumprimento os deputados, cumprimento as mulheres ucranianas aqui representadas e todas as mulheres que estão presentes e que também as estão nos assistindo através da Rede Alesp.

Lamentavelmente, Arthur, você poderia ter nos livrado dessa. Eu gostaria de estar aqui, deputado Arthur do Val, não debatendo isso, porque é pressuposto para um parlamentar saber do seu papel em uma assembleia legislativa, sobretudo a maior do Brasil, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Vossa Excelência deve ter certeza e clareza do que pode e do que não pode. Isso não poderia ter acontecido e não pode acontecer jamais. E por que não pode acontecer? Porque nós representamos a população paulista e, mais que isso, somos exemplo na sociedade.

O papel de um parlamentar é este, e de uma parlamentar. Não é fazer a regra que bem lhe cabe, sobretudo utilizar de falas que diminuem a mulher. O deputado Enio citou, o deputado Barba citou. O senhor maculou. Todas as categorias são muito importantes, mas os professores são aqueles que lhe deram aula, aqueles que lhe deram aula. O senhor os chamou de vagabundos e vagabundas - porque nós somos maioria, mulheres, senão.

Eu fico triste, deputado. Não pense que é um prazer, porque lá no plenário eu vou ter que votar e vou votar pela sua cassação. Não gostaria. Gostaria de estar votando políticas públicas para o estado de São Paulo. Gostaria de estar debatendo, deputada Valeria, educação com inclusão social, com inclusão de toda forma que seja. Não, nós estamos discutindo aqui uma digressão de um deputado que sai do País para ir criar um caminho político, para ver como é que ele cresce, como ele cresceria nas pesquisas, pré-pesquisas eleitorais que ele viria a ser governador do estado de São Paulo, candidato a governador. Era isso que estava em questão, esse era o jogo. Isso é brincar.

“Pobres e fáceis”. Doloroso, mas eu não vou fazer dramalhão disso. O grande drama para nós, deputado Arthur do Val, é perder este tempo aqui para não fazer o que nós de fato deveríamos estar fazendo: fazendo o bem para a população paulista. É isso. O senhor teve 400 mil votos. Deveria honrá-los, um por um. Pelo visto, desonrou, perdeu a credibilidade. Quem votou no senhor, por certo, por razões ou outra, acreditou.

O modus operandi do senhor, desde o primeiro dia, não foi diferente...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A conclusão, deputada, por favor.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Até o PLC 26, o senhor continuou nos chamando de vagabundos, e lá a maioria também eram professoras que estavam lá. Então desculpe, deputado. O senhor falhou, e falhou feio. O senhor maculou mulheres,

homens, deputados, deputadas e a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, lamentavelmente. Obrigada, deputada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra a deputada Patrícia Bezerra. Pode sentar no lugar da deputada Erica enquanto ela não volta, por favor.

A SRA. PATRICIA BEZERRA - PSDB - Boa tarde, Sra. Presidente. Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de parabenizá-la pela condução dos trabalhos, assim também como o relator, deputado Delegado Olim.

Não quero me alongar, nem ser prolixa, nem repetir a fala de todos em relação ao que se disse sobre a violência contra a mulher, porque isso está posto, está claro, está estampado naquilo que foi dito nos vídeos lamentáveis proferidos pelo deputado Arthur do Val, mas gostaria aqui de colocar uma questão que muito me preocupa nesta Casa, que é aquilo que a deputada Bebel agora acabou de falar. Ela acha que os eleitores do deputado Arthur do Val possam estar decepcionados, mas eu acredito que não.

Existe uma grande maioria da população que está sentada junto com o deputado Arthur do Val neste julgamento. Ele representa esse pensamento patriarcal, misógino, sexista e preconceituoso que ainda considera a mulher como despojo de guerra, porque assim nós somos tratadas desde a Idade Média, desde que as guerras começaram a existir no mundo.

Ele continua com esse pensamento de que as mulheres são para serem adquiridas, são para serem tomadas, são para serem manipuladas contra o seu próprio desejo, contra o seu próprio anseio, porque são objetos da sua aspiração, do seu olhar. Olhar para uma fila de refugiadas com desejo erótico é praticamente patológico, e eu posso dizer isso, porque eu sou psicóloga.

Então é lamentável aquilo que a gente está fazendo hoje aqui neste dia, do mesmo aspecto também que é muito bom para esta Casa fazer essa discussão. A única coisa que de fato me preocupa é o quão conscientes estamos da discussão e da decisão que está sendo tomada no dia de hoje, porque Arthur do Val não pensa assim sozinho.

Lamento, senhores que estão nesta sala, mas quase a totalidade dos homens pensa como ele, e é isso que mantém esse poder patriarcal, é isso que mantém as mulheres subjugadas, é isso que mantém as mulheres aquém dos 70 mil cargos políticos que existem no País e que menos de 14% ocupam. Por isso é que nós somos segregadas das

Divisão de Registro de Pronunciamentos

salas de tomada de decisão, do mundo das negociações, do mundo corporativo, quiçá ainda a mulher negra.

Então o Arthur do Val não está sentado aqui sozinho. Ele tem uma grande representação que, como ele, deputado Gil Diniz, também transmite nudes em grupos para ridicularizar mulheres, para rebaixar mulheres, para tornar mulheres vítimas de violência e de abuso. Doentes, emocionalmente falando, e se trata isso de forma natural na nossa sociedade, como se isso não fosse condenável.

Então eu acho que aqui também cabe um exame de consciência para saber se a decisão tomada no dia de hoje é uma decisão contra corporativismo, porque na questão do Cury ficou muito claro que houve corporativismo.

Fosse Arthur do Val uma pessoa bem quista por esta Casa, querida pelos seus colegas, tivesse ele outro trato com seus amigos parlamentares, fosse bem recebido e bem acolhido, tomasse cerveja no fim de semana, será que a finalidade e o fim desse julgamento seriam o mesmo? Ou se passaria pano, sealaria “Vamos deixar disso, vamos deixar uma peninha mais amena, porque, afinal de contas, ele é boa praça”?

Aqui a gente não está só julgando um comportamento e um crime, inclusive de dimensões internacionais. A gente também está julgando caráter, a gente está julgando camaradagem.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - A conclusão, deputada.

A SRA. PATRICIA BEZERRA - PSDB - Então eu espero que esta Casa realmente esteja passando por um processo de transformação, e não por um processo de comoção social em um ano eleitoral, sob pressão, e que esteja chegando a esse resultado. Obrigada, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra a deputada Monica Seixas.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputada.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Queria só parabenizar a deputada Patricia pela excelente fala, e necessária.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra a deputada Monica Seixas.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Obrigada, presidente. Boa tarde a todas, boa tarde às ucranianas aqui presentes. Quero saudá-las e dizer que sinto muito por não poderem depor e falar por si mesmas. Elas vieram me pedir para falar, e a gente pediu a elas para gravar um vídeo, que eu vou exibir no tempo da minha fala. Mas peço que vocês notem o quanto elas ali, encolhidas, acanhadas no canto do plenário, tentam falar por um vídeo ao mesmo tempo que um bando de homens, num rito masculinista, gritam “uh uh uh uh uh”.

Também quero dizer, presidente e membros do Conselho de Ética, que, ao chegar aqui a esta Casa hoje, entre tantas outras situações que depõem contra esta Assembleia Legislativa, já taxada e intitulada pelos jornais de “Assembleia sem decoro” - e hoje está em tempo de a gente impor um mínimo de convivência civilizada aqui entre nós - quero dizer que eu cheguei em meio a tapas ali fora.

Homens, inclusive alguns ligados ao mandato do Arthur, brigando com outros homens e excluindo a mim, minhas assessoras e todas as mulheres o direito de transitar por esta Casa, porque nós sentimos medo. Então a gente está falando das mulheres ucranianas em situação de violência, mas também é um apelo para todas nós. Quando a violência e a masculinidade se impõem, as mulheres, mesmo as que chegaram até aqui, ficam silenciadas.

Agora eu vou para a técnica dar a palavra às ucranianas, por favor.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Monica, já passou o tempo, por favor.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Concedida a palavra à deputada Carla Morando.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Boa tarde a todos os colegas aqui presentes e nessa fala eu vou me direcionar diretamente ao deputado Arthur do Val. São 48 dias de guerra. Mulheres, filhas, mães, esposas e irmãs deixaram suas casas, seus maridos, seus filhos, pais e irmãos à mercê da vontade de um genocida que resolveu que a Ucrânia será da Rússia. Olhe a tristeza que nós vivemos.

O mundo vive triste, o mundo está doente e que tragédia na vida de tantas pessoas, homens e mulheres, a gente percebe na Ucrânia. Pessoas se mobilizando do mundo todo para ajudar esse povo que está passando por algo inimaginável e repugnante. O fato aqui é que mais uma vez o Parlamento paulista se vê diante de uma vergonha mundial. É muito triste isso, Arthur.

Tenha a certeza de que o que as pessoas enxergam hoje do Parlamento é que é um Parlamento realmente sem decoro, sem nenhum tipo de respeito, onde tudo se pode, tudo se faz. E não é isso o que nós estamos fazendo aqui, pelo menos não eu. Eu estou aqui para defender ideais. Eu estou aqui para defender uma política boa, uma política pública, que respeita a todos. E mais uma coisa: mulheres pobres, ricas, de qualquer classe social, não são fáceis.

Isso foi acho que o mais agressivo que eu ouvi nos áudios. Tudo foi bastante agressivo, mas as mulheres são pobres, por isso elas são fáceis? Não, as mulheres pobres não são fáceis e isso é o que a gente tem que deixar bastante claro. Nós, mulheres, temos o direito a ter o respeito de todos.

Nós temos o direito a poder falar, a poder sair, a poder fazer o que os homens fazem, a poder ter a voz da mesma forma e não é isso que a gente tem percebido neste Parlamento principalmente, no Brasil. No mundo também é uma injustiça muito grande com a mulher, mas a gente precisa dar um chega e um basta nisso.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo hoje é a maior bancada feminina que nós temos no Brasil e isso é uma vergonha continuar dessa maneira. Nós

temos que ter mais mulheres na política; nós temos que ter o mesmo direito dos homens de falar e o mesmo peso que os homens têm e isso é uma briga que a gente vai ter sempre e eu tenho certeza de que a gente vai vencer.

Porque nós, mulheres, estamos aqui na vida empresarial, política, há pouco mais de 30, 40 anos. Foi quando a gente começou a tomar parte disso. Vocês estão há dois mil anos. Então nós estamos bastante adiantadas e nós vamos conseguir. Eu tenho certeza disso, porque nós, mulheres, juntas somos mais fortes.

Então só fiz esse comentário aqui para o Arthur para dizer que é muito triste nós termos que estar aqui hoje ao invés de fazer uma discussão em torno de um projeto para beneficiar a população, mas para fazer um julgamento de uma coisa tão horrorosa que aconteceu. Isso é muito triste. Eu espero não precisar mais ter esse tipo de momento no Parlamento. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra o deputado Danilo Balas.

O SR. AGENTE FEDERAL DANILO BALAS - PL - Sra. Presidente, que conduziu de forma brilhante os trabalhos, deputada Maria Lúcia, deputado Delegado Olim, parabéns pelo relatório, Srs. Integrantes do Conselho de Ética desta Casa e demais parlamentares aqui presentes, além da população que nos acompanha hoje, logo após os fatos horripilantes que presenciamos pelas mídias sociais, muitos parlamentares desta Casa rapidamente entraram com ações pertinentes, seja fora da Assembleia Legislativa, seja aqui dentro.

A pretexto de uma viagem humanitária - se dá para dizer que é - o nosso colega aqui desta Casa, o deputado Artur do Val, o Mamãe Falei, envergonha a maior Assembleia Legislativa da América Latina. Mais, ele envergonha o nosso País e subjugou mulheres que fogem de uma guerra buscando salvar suas vidas. Todos ouviram os áudios, os comentários degradantes do deputado Arthur do Val, que causou um imbróglio internacional.

Vejamos, uma autoridade brasileira se desloca a outro país sem autorização desta Casa, por óbvio, amealhando valores que não sabemos de onde vieram, tira fotos com garrafas na preparação de coquetéis Molotov e afronta mulheres em situação deplorável fugindo de uma guerra.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Então, infelizmente, ele envergonha o nosso País, envergonha esta Casa, mas nós não envergonharemos o nosso Brasil, não envergonharemos um país irmão, que é a Ucrânia, e principalmente as mulheres que defendem muito bem o estado de São Paulo nesta Casa, que defendem nosso País, e as nossas irmãs ucranianas que estão aqui presentes.

Ato contínuo ao posicionamento deste parlamentar, tomamos três ações, deputada, nesta Casa. A primeira, encaminhando ao Conselho de Ética. E aqui eu assinei junto com... Danilo Balas, o deputado assina, Major Mecca, Frederico d'Avila, Gil Diniz, que está aqui conosco, deputado Castello Branco e deputada Valeria Bolsonaro, que também fez uso da palavra, e a deputado federal Carla Zambelli; representamos ao Conselho de Ética pela quebra de decoro parlamentar.

Também protocolamos uma representação ao Ministério Público Federal porque, no entendimento dos parlamentares, ele infringiu sim legislações pátrias e pactos firmados entre o Brasil e outros países, por exemplo, o Pacto de São José da Costa Rica.

E, por fim, no dia 8 de março, em Brasília, protocolei na Organização das Nações Unidas, mais precisamente na ONU Mulheres do Brasil, em Brasília, documentação que rapidamente leio aqui. A ONU visa essencialmente à preservação da paz e da segurança mundial, promovendo o respeito à vida e à dignidade, sendo o organismo internacional competente para averiguar os fatos ora noticiados a fim de evitar e combater violações de Direitos Humanos.

Em brevíssima síntese a comunicação tem por objeto uma série de fatos contrários aos Direitos Humanos, à situação da mulher e até mesmo a paz mundial, praticados num contexto de guerra por um parlamentar do estado de São Paulo. Com efeito, violações gravíssimas e injustificáveis se depreendem de fatos noticiados, os quais seguem elencados para serem analisados pela competente comissão funcional internacional.

Assinam os documentos: Agente Federal Danilo Balas - deputado estadual, deputada federal Carla Zambelli, Major Mecca, Frederico d'Avila, também desta Casa, Gil Diniz, Oscar Castello Branco, Valeria Bolsonaro, Alberto Barros Cavalcante, deputado federal - estou concluindo, deputada -, Antônio Aginaldo, coronel da Polícia Militar, Daniela Cristina Reinehr, vice-governadora de Santa Catarina, general Girão - deputado federal, Ernesto de Souza Andrade Júnior, major Fabiana, do Rio de Janeiro - deputada federal, Gilberto Gomes, deputado estadual da Paraíba, e Luciano Zucco, deputado estadual do Rio Grande do Sul.

Todos assinam essa comunicação e representação à ONU Mulheres. Então, presidente, o meu posicionamento depois de tudo isso, obviamente, é pela cassação do deputado estadual Arthur do Val Mamãe Falei.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra o deputado Jorge do Carmo.

O SR. ARTHUR DO VAL - UNIÃO - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pela ordem, deputado.

O SR. ARTHUR DO VAL - UNIÃO - Só para me inscrever também. A minha é garantida, né?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É. Depois que todos falarem, deputado, o senhor tem cinco minutos e o advogado dez minutos. Com a palavra o deputado Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Boa tarde, presidenta. Quero cumprimentá-la pela condução deste conselho, desta Presidência, com maestria. Também cumprimentar o deputado Delegado Olim pelo brilhante relatório que pede a cassação do deputado Arthur do Val. Quero cumprimentar as deputadas, os deputados.

Quero prestar solidariedade às mulheres da Ucrânia que aqui estão e em nome delas prestar minha solidariedade a todas as mulheres da Ucrânia, do Brasil e do mundo pelo fatídico comportamento do deputado Arthur do Val. Quero dizer, deputado, que o Parlamento é lugar de “parlar”, é lugar de dialogar; é lugar de propor ideias, sejam elas diferentes. Não precisam ser convergentes necessariamente. É lugar de se respeitar.

O Parlamento não é um circo em que o deputado pode fazer o que quiser, pode transformar isso aqui numa festa, numa farra em que ele se comporte de um jeito que não respeite a ética e decoro parlamentar. Este Parlamento não pode tolerar comportamentos machistas, sexistas, misóginos, desrespeitosos, odiosos, violentos, preconceituoso.

Mulheres pobres ou ricas, sejam elas da Ucrânia, refugiadas, tentando aí sobreviver a uma guerra violenta, absurda, protagonizada aí pela Rússia e pelo presidente Vladimir Putin, que pensa que é dono do mundo.

Desrespeitando toda e qualquer ordem jurídica do mundo, invade a Ucrânia e simplesmente expulsa a sociedade daquele país de forma vexatória e ainda assim encontram um deputado do Brasil que sai daqui sem autorização da Casa para falar lá e falar essas coisas que são horrorosas.

É ruim até repetir. Dá vergonha para nós, brasileiros, até repetir o que esse deputado falou lá na Ucrânia. Então, Sra. Presidenta, Sras. Deputadas e deputados deste conselho, este Parlamento deverá dar exemplo. E a deputada Isa Penna tem toda razão. Este Parlamento tem que dar exemplo, teria que dar exemplo sempre e terá que dar exemplo.

E desta vez não será diferente, eu acredito nisso, Sra. Presidente. Acredito sim que este Parlamento terá um julgamento aqui dos deputados e deputadas que pertencem ao Conselho de Ética por 10 a 0, eu acredito. E no plenário, Sra. Presidenta, o deputado e a deputada que se respeitam e respeitam o próximo deverão votar pela cassação do deputado Arthur do Val.

Por isso eu acredito que o placar lá no plenário deve ser 93 a 1 para dar exemplo de uma vez por todas para que ninguém, nenhum deputado ou deputada, tenha esse comportamento desrespeitoso, machista e preconceituoso. Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Com a palavra o deputado Giannazi. Depois dele a deputada Márcia Lia e depois o deputado Paulo Fiorilo; aí em seguida o deputado Arthur do Val. Com a palavra o deputado Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Boa tarde a todos e a todas. Cumprimentar os deputados e deputadas na pessoa da deputada presidente da Comissão de Ética, Maria Lúcia Amary.

Cumprimentar todos os presentes, as pessoas que estão acompanhando esta sessão e rapidamente aqui dizer que não há dúvidas de que o áudio vazado, os depoimentos feitos pelo deputado Mamãe Falei são comentários deploráveis, execráveis e que representam um verdadeiro escárnio contra as mulheres, mas eu diria que contra toda a

Divisão de Registro de Pronunciamentos

humanidade, porque quem ataca dessa maneira as mulheres está atacando toda a humanidade.

Eu acho que não há dúvidas nesse... Nós não vamos nem entrar mais nesse debate. A questão é que, logicamente, é também um ataque machista, misógino, que reproduz tudo o que nós repudiamos na luta histórica do processo civilizatório. Então queria fazer primeiro essa consideração e dizer que a Assembleia Legislativa, infelizmente, desde a sua fundação, sempre reproduziu esse machismo, o racismo estrutural, a homofobia estrutural.

Ela sempre foi permeada historicamente por esses preconceitos, por esses ataques à mulher, aos negros, aos homossexuais. Enfim, infelizmente, sempre fez parte da Assembleia Legislativa. Acontece que nós entramos no século XXI e há um levante de todos esses segmentos da sociedade.

A sociedade não aceita mais esse tipo de comportamento e a Assembleia Legislativa, que é o maior Parlamento da América Latina, o maior Parlamento estadual da América Latina não pode compactuar mais com isso. E hoje o mundo inteiro está olhando, está de olho exatamente aqui na Assembleia Legislativa nesta sessão da Comissão de Ética da Assembleia Legislativa. Não é só o Brasil; é o mundo inteiro, porque a repercussão foi internacional.

Então defender a cassação do mandato do Mamãe Falei significa pedir a cassação também do machismo, do ódio às mulheres. Então é disso que se trata a defesa da cassação imediata do mandato do Mamãe Falei e a Assembleia Legislativa tem que, no mínimo, dar essa resposta. É o mínimo que a sociedade está esperando neste momento.

Qualquer resultado, qualquer comportamento diferente desse será um retrocesso e uma mancha histórica para Assembleia Legislativa, onde só será confirmada a tese que nós sempre atacamos aqui na Assembleia Legislativa, que realmente a Assembleia Legislativa é a vanguarda do atraso em todos os níveis, mas dessa vez não será porque a sociedade está exigindo uma mudança de comportamento. Então por isso que nós defendemos a imediata cassação do mandato do deputado Mamãe Falei.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Tem a palavra a deputada Márcia Lia.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Muito boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a presidente da Comissão de Ética, a deputada Maria Lúcia Amary, e na

Divisão de Registro de Pronunciamentos

peessoa da Maria Lúcia cumprimento toda a Comissão de Ética. Quero começar a minha fala registrando todo o nosso respeito às mulheres ucranianas que se encontram aqui na defesa do resgate de tudo o que foi feito de mal para vocês e para todas nós. Então muito obrigada pela presença de todas vocês.

Quero dizer que o sentimento das mulheres desta Casa, como já foi relatado por várias mulheres que aqui se encontram, é de indignação. Esse desrespeito que foi cometido contra vocês, mulheres ucranianas, também atingiu a gente de forma feroz. Nós ficamos indignadas, todas nós, mulheres desta Assembleia Legislativa, todas as mulheres do estado de São Paulo e todas as mulheres com as quais a gente tem conversado.

As pessoas entenderam esse ataque como sendo algo extremamente desrespeitoso a todas nós, mulheres. E atividades e atitudes dessa natureza não podem ser admitidas, porque desrespeitam as mulheres que lutam, as mulheres que dão as suas vidas muitas vezes para as suas famílias, para os seus filhos, enfrentando todas as dificuldades que, historicamente, nós, mulheres, enfrentamos.

Então nós não podemos aceitar atitudes como a que o deputado Arthur Mamãe Falei... O deputado Arthur, assim como todos nós, deputado Barros Munhoz, somos representantes do povo paulista. Quando a gente se caracteriza como representante de... Olhe só, o estado de São Paulo é imenso. São 94 pessoas só que representam todo o estado de São Paulo.

Então todas as nossas ações, quer sejam no Brasil, quer sejam fora do Brasil, têm que estar revestidas dessa representatividade que significa o Parlamento paulista, que significa aí o que nós significamos para as pessoas. Nós significamos o exemplo. Nós temos que dar exemplo. Nós temos que ter conduta ilibada, nós temos que ser pessoas que respeitem as outras pessoas, independentemente de questões ideológicas. Nós não podemos fazer com que esse Parlamento seja reduzido a uma situação vexatória, como foi a situação que fomos colocadas e que fomos colocados. Homens e mulheres que representam o povo paulista. O maior parlamento do Brasil, talvez, quiçá, até da América Latina.

Então, sintam-se abraçadas, sintam-se representadas por nós, porque nós defendemos que atitudes como essa sejam punidas de forma exemplar. E a punição exemplar é a cassação do mandato do deputado Arthur do Val, porque ele nos desrespeitou a todas as mulheres e todos os deputados desta Casa.

Muito obrigado, Sra. Presidenta. Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Último inscrito deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Primeiro, saudar aqui o relatório apresentado pelo deputado Olim. Acho que o relatório, ele traz a clareza dos fatos e propõe a punição adequada e correta ao que fez o deputado Arthur do Val no áudio divulgado, que atinge não só as mulheres ucranianas, mas todas as mulheres pobres e que se sentiram ofendidas.

Eu queria aqui, rapidamente, fazer três registros. O primeiro, eu ouvi aqui várias falas, mas eu ouvi a do deputado Gil Diniz. O deputado Gil Diniz traz aqui uma informação gravíssima, porque se existe um grupo de WhatsApp em que foram compartilhadas fotos de mulheres que o deputado Arthur do Val teve algum relacionamento, e que é tornado público, é mais grave ainda. Portanto, deputado Gil, o senhor, com essa informação pela metade, precisa depois trazê-la na sua totalidade. Resguardando fonte, o que o senhor achar necessário, mas é inadmissível que este coletivo do conselho e da Casa não tenha as informações que o senhor traz aqui.

A segunda questão, eu concordo com aqueles que disseram aqui que a fala do deputado Arthur do Val não era uma fala ocasional, um deslize ou coisa do tipo. Na minha opinião, a fala do deputado Arthur do Val é o que ele pensa, é o que ele faz no seu dia a dia. E que ele não demonstra porque usa das suas redes para “like”, para monetizar e para outras coisas. E se deu mal, se deu mal! Principalmente com o áudio vazado.

A terceira observação, Sra. Presidenta, o que nós estamos assistindo aqui hoje é uma coisa gravíssima. Repare só, eu já vi aqui manifestações para garantir direitos dos trabalhadores que tiveram retirados os seus direitos na reforma da previdência, extinção de empresas, concessões, etc, etc, etc. Agora, eu estou pasmo de ver aqui a tropa de choque para proteger esse conselho de pessoas que estão defendendo um deputado que colocou a Assembleia, as mulheres, os deputados numa situação vexatória, porque nós viramos o ridículo. O ridículo público e internacionalmente conhecido.

Portanto, me parece que aqui o conselho tem que tomar uma decisão unânime: pela cassação do mandato do deputado Arthur do Val. É a única forma de reparar um erro grave. E que essa decisão possa de fato balizar as próximas, para que a gente evite

outros fatos e acontecimentos que essa Assembleia infelizmente vivenciou nos últimos dias, nos últimos meses, nos últimos anos.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu vou agora, eu vou pedir a todos vocês respeito pela fala do deputado Arthur do Val. Vai ter os seus minutos de fala. Eu pediria respeito para a oitiva dele.

O SR. GIL DINIZ - PL - Quanto tempo, presidente?

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Ele tem cinco minutos e o advogado tem dez. Então eles podem dividir esse tempo de 15 minutos.

O SR. ARTHUR DO VAL - UNIÃO - Pela ordem...

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - O advogado, Dr. Paulo, está sem som.

O SR. PAULO HENRIQUE FRANCO BUENO - Eu cedo os meus dez minutos pelo tempo que o deputado Arthur precisar para falar.

O SR. ARTHUR DO VAL - UNIÃO - Bom, boa tarde a todos. Eu quero começar dizendo o seguinte: eu errei, ponto final. Houve erro. Eu quero pedir desculpas aqui, principalmente às mulheres ucranianas que estão aqui e às pessoas que, verdadeiramente, as que verdadeiramente se ofenderam com os meus áudios.

Eu devo essas desculpas e eu apareço o tempo todo quando eu acerto; quando eu erro, eu vou vir aqui assumir o meu erro e falar e ouvir e merecer algumas das palavras que foram ditas aqui. Agora, vamos ser sinceros aqui, gente. Todo mundo sabe o que está acontecendo aqui. Todo mundo sabe que esse processo de cassação não é pelo que eu disse, é por quem disse, que sou eu.

Vamos começar... até alguém falou aqui: “tomara que seja de dez a zero”. Eu não tenho dúvidas que vai ser de dez a zero. Eu não tenho dúvidas que vai ser de dez a zero. A gente viu aqui o pessoal correndo com uma urgência que está fora do regimento. O regimento foi atropelado aqui. “E está bom, vamos embora, faz aí no papel de pão e

vamos embora!”. Todo mundo viu. E por que isso? Por que isso está acontecendo? Porque a verdade é que todos aqui me odeiam. É verdade isso. Eu não nego isso. Eu falo isso sempre.

Além de toda a minha conduta - vamos tirar a parte de ser combativo - vamos falar o seguinte: o fato, esses fatos menores de eu não usar carro, de eu não usar motorista, de eu não usar verba de gabinete, de eu não usar fundo eleitoral. Isso tudo já irrita todo mundo.

Agora, eu ser o responsável por não conseguirem aqui aumentar em quatro mil reais por mês para alugar carro por minha causa, eu sei que isso incomodou muita gente. Eu sei que os funcionários de vocês, muitos também me odeiam, porque fui eu que cortei o auxílio-peru aqui de muitos de vocês, que ganham muitas vezes acima dos oito mil reais. Eu sei também que eu sou odiado pela Casa, institucionalmente, porque fui eu que barrei um contrato de propaganda aqui de 30 milhões de reais.

Então, eu já sei que eu sou odiado. E a verdade é que esse processo de cassação aqui não é um processo de cassação pelos meus defeitos - e eu vou mostrar aqui por que não - esse é um processo de cassação pelas minhas virtudes. Porque eu não sou como o PT, que tem que ser escravo do Lula. Se o Lula vier aqui e mandar falar: “olha, vocês têm que defender...” (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por favor, respeitem o orador nesse momento...

O SR. ARTHUR DO VAL - UNIÃO - “... vocês têm que defender a guerra, porque tem que ver o imperialismo americano”, vocês vão fazer. Você sabe disso, Enio, o senhor sabe disso, Emidio. Se o Bolsonaro mandar os bolsonaristas aqui falar: “veja bem, a guerra não é tão mal assim”, que é o que ele está fazendo, o pessoal vai fazer. E eu sei disso. Vocês são escravos dessas pessoas.

Eu também bato de frente com o governo. Então, a verdade é que eu não tenho ninguém aqui para pôr um guarda-chuva quando eu erro. E eu errei. Isso aqui claramente não é um processo sobre machismo. Vou dar um exemplo aqui, eu vou focar nos membros da comissão. E eu estou falando assim com muita serenidade, tá. Não quero apontar o dedo na cara de ninguém, xingar, eu estou falando aqui com muita serenidade.

Vamos ver aqui o relator Olim. O relator Olim, no caso do Fernando Cury, ele falou o seguinte - só lembrando aqui, o Fernando Cury foi o deputado que assediou a Isa Penna de verdade. Ele não mandou um áudio, ele fez. Se fosse eu que tivesse feito isso com ela, eu duvido que eu não seria cassado. Se fosse o deputado Fernando Cury que tivesse falado o que eu falei, eu duvido que ele seria cassado. E todo mundo sabe disso aqui. Isso aqui não é segredo para ninguém.

Mas eu vou, vamos aos fatos, o deputado Olim, ao falar do relatório do deputado Cury, que até então se pedia a cassação, disse o seguinte: “eu acho que nós estamos com uma pressa muito rápida. Acho que nós temos que olhar com muita calma. Essa pressa toda? Não estou entendendo por que essa pressa. Qualquer coisa, prorroga o prazo. Ninguém vai deixar de cumprir o que tem que ser feito. Correria, coisa muito na rapidez não funciona”. O deputado Olim apresentou o relatório dele um dia depois da (Inaudível.) ter falado: “quando é que você apresenta? Eu apresento na quinta-feira”... o relatório de 40 e poucas páginas já estava pronto, foi muito... essa vai ser a cassação mais rápida da história do Brasil. Isso é fato. Isso não é opinião. Isso é fato.

Vamos lá. Quando a gente pega o Wellington Moura. O Wellington Moura disse sobre o deputado Cury, pôs fotos do deputado Cury aqui com a família: “seria difícil para mim, como cristão, não saber perdoar, não ter misericórdia. O deputado Fernando Cury que eu conheço é um exemplo de pai, um deputado que é de família. O deputado Cury é um marido de uma só mulher. Uma pessoa que ama a sua esposa. O deputado Fernando Cury que eu conheço é um cara carinhoso. É um deputado que merece na vida uma segunda chance como todos nós. Eu me recordo de uma passagem da Bíblia” - ainda citou a Bíblia - “Vais e não peques mais. Quero dizer a todos deputados que também estão aqui, quem não tem pecados, deputados? Atira aí a primeira pedra.”

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Quantas chances você teve, deputado?

O SR. ARTHUR DO VAL - UNIÃO - Espera aí, espera aí! Até respondendo à sua pergunta, Wellington, respeitosamente, eu aceito a sua interpelação. Sinceramente, Wellington, eu não conversei com ninguém aqui. Essa é a verdade. Eu fiquei mal com esse erro, porque eu errei mesmo. Não foi um negócio, ah, erraram por mim, ou foi um erro mais ou menos. Não, foi um erro grave. E eu assumi.

Eu tive que assumir as consequências pessoais desse erro. Eu fiquei muito destruído, cara! Eu fiquei tomando remédio para dormir, para acordar, para comer. E todo mundo sabe disso. Eu não estou me vitimizando aqui. Eu estou dizendo o porquê que eu não respondi. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Por favor, vocês poderiam se manter em silêncio. Por favor.

O SR. ARTHUR DO VAL - UNIÃO - Eu não estou me vitimizando. Eu não tenho chance nenhuma aqui. Alguém aqui pretende votar a meu favor? Eu acho que não, não é? Então, não tem vitimização aqui. Eu estou sendo realista.

Vamos lá, a Isa Penna chega a falar do Emídio. Fala: “não, porque é um absurdo aqui, que fizeram um trâmite para mudar o relatório e tarará e tarará, mas o Emídio é um guerreiro que esteve comigo”. O Emídio foi o deputado que fez o relatório para seis meses e não para a cassação.

Então, é óbvio, gente, tá nítido, todo mundo sabe disso. Não é pelo que eu falei, é por quem eu sou. Todo mundo sabe disso aqui. O deputado Barros Munhoz, com todo respeito, Barros, o senhor falou que eu me embriaguei de poder. Nós temos conceitos diferentes de embriaguez de poder. Eu, pessoalmente, sou um deputado combativo de verdade. Mas, para mim, embriaguez de poder é gastar meio milhão de reais de fundo como o senhor faz. É gastar 30 mil reais só de gasolina - 5 mil reais em fevereiro. Para mim isso é estar embriagado com o poder. E nós discordamos nesse ponto. E está tudo bem. E eu sei que eu estou sendo cassado por causa disso, não pelos meus áudios.

Eu sei que o Enio Tatto, que está aqui, se o Lula mandasse ele defender as falas, porque foi de um deputado do PT, ele estaria aqui como um escravo defendendo as falas porque o Lula mandou. Vamos ser sinceros, vamos ser sinceros, Enio. Você está me cassando não é por causa disso, é porque no debate de 2020 eu olhei nos olhos do seu irmão e fiz uma pergunta muito incômoda para ele: do que seria a relação da sua família com uma facção criminosa aqui de São Paulo. Isso eu sei que te abalou. E eu sei que é por isso que você tá vindo aqui fazer isso comigo.

Eu sei também a Marina Helou ... a gente tem aqui uma série de discordâncias, Marina. A gente nunca se tratou mal. Você sempre foi uma pessoa muito educada comigo. Agora, você disse que... não, porque - você sempre lembra disso - o Arthur foi o cara que falou da minha família na tribuna etc. E falou que eu menti. E eu sei que é

Divisão de Registro de Pronunciamentos

isso que no fundo te incomoda, porque eu não menti. Quando eu falei que seu pai recebeu 90, mais de 90 mil reais num mês, de dinheiro público, não tem mentira nisso. Quando eu falei que a sua campanha recebeu doação de fiscais de renda que estavam interessados no seu voto sim pelo aumento, eu não menti. E você sabe que é isso que te incomoda. Aliás, todo mundo sabe aqui.

Então, no final das contas, gente, o que eu quero dizer para vocês, assim, eu olho nos olhos de vocês aqui todos, e eu estou aqui ouvindo tudo o que vocês têm para falar, de cabeça erguida e com muita serenidade, porque com muitos de vocês, muitos de vocês, eu, sinceramente, eu tenho dó. Eu tenho dó porque no final do dia vocês são escravos daqueles que vocês precisam ir lá e ficar pedindo voto com uma ... com muita hipocrisia.

E digo mais para vocês aqui, esse ano aqui eu ia disputar o governo de São Paulo e, vamos ser sinceros, a minha chance de ganhar era muito alta? Eu acho que não. O que seria o Arthur do Val, nesse mesmo período do ano que vem? Eu seria deputado estadual? Não. Eu seria deputado federal? Não. Eu seria senador? Não.

A minha força, o meu propósito, a minha motivação e a replicação do meu trabalho não vêm da minha atividade legislativa. E vocês sabem disso. Isso aqui é só um sintoma de uma causa maior, que está aí fora, gente, está aí fora. Olha essas pessoas gritando. Olha quantas pessoas me apoiam. E vocês são testemunhas. Vocês podem ir em qualquer entrevista minha que eu fiz, de sexta para cá, vejam o teor dos comentários. Vejam o teor do que as pessoas ... tem muita gente assim, “eu não gosto de você, Arthur, eu não gosto de você. E o que você fez foi errado” - e foi, eu estou aqui assumindo que foi errado - “mas cassação, a gente sabe que não é por isso”. Até as pessoas que não gostam de mim sabem disso.

Então, o que eu quero dizer para vocês é o seguinte: é claro que vocês vão cortar a minha cabeça aqui hoje. É claro que vocês... e é claro que eu vou ser cassado. Mas vão nascer outras no lugar. E eu gostaria de fazer uma aposta com vocês. A eleição é em outubro. Vamos ver o resultado em novembro desse ano. Vamos fechar esse desafio? Porque, se vocês querem destruir o que eu estou fazendo, sinceramente, esse não é o caminho. Eu nunca, eu nunca tomei isso como caminho.

Vou dar um exemplo para vocês. O deputado Barba, quando ele veio me bater literalmente - ele veio no plenário me arrancar à força. Dois ou três dias depois, eu descii no plenário - tem vídeo disso, Barba - ele me deu um soco na cara. Eu nunca representei

Divisão de Registro de Pronunciamentos

o Barba. Porque eu não quero cortar a cabeça do Barba. Eu quero debater as ideias dele e eu quero destruir o que ele representa, não ele.

Da mesma forma, o Gil Diniz quando foi lá e tentou tirar o celular da minha mão...

O SR. GIL DINIZ - PL - Pediu a cassação do meu mandato, seu canalha, mentiroso!

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, por favor!

O SR. GIL DINIZ - PL - O cara é mentiroso, presidente!

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, por favor!

O SR. GIL DINIZ - PL - Pediu a cassação do meu mandato!

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Vou precisar desligar o seu microfone.

O SR. GIL DINIZ - PL - Fala a verdade, para de mentir!

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, por favor!

O SR. ARTHUR DO VAL - UNIÃO - Eu entendo a raiva do deputado Gil, meu fã número um. Se eu esqueço o que eu almocei ontem, é só perguntar pro Gil. E gostaria também de lembrar que eu sei, Gil, que te dói muito - e eu tenho tudo isso aqui - quando o seu filho pediu para você ligar para mim e falar que a gente não era inimigo. Quando você pediu para mim, “ô, Arthur, você pode tirar uma foto com o meu filho?”, eu sei que doeu no seu coração, cara.

O SR. GIL DINIZ - PL - (Inaudível.)

O SR. ARTHUR DO VAL - UNIÃO - Eu sei que doeu.

O SR. GIL DINIZ - PL - (Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado Gil, por favor.

O SR. GIL DINIZ - PL - (Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Pode cortar, por favor, o microfone do deputado Gil Diniz.

O SR. ARTHUR DO VAL - UNIÃO - Posso concluir? Eu sei que dói no coração de um cara brigar, brigar, brigar e chegar em casa o filho dele estar assistindo o meu vídeo e falar: “pai, me leva para tirar uma foto com o Arthur?”. Eu sei que dói, Gil. E eu perdoo tua raiva, cara. Porque eu, sinceramente, cara, eu sei que se o Bolsonaro mandar ...

O SR. GIL DINIZ - PL - (Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputado, por favor, deputado Gil Diniz. Ele ouviu as suas palavras. Por favor. (Vozes sobrepostas.)

O SR. ARTHUR DO VAL - UNIÃO - Bom... eu, eu... enfim, eu sei que, enfim, muita gente aqui é escravo ou de um Lula ou de Bolsonaro, que eu não sou. Ou de um governo, que eu não sou. E, enfim, eu quero novamente pedir desculpas às mulheres que se sentiram ofendidas. A todos que verdadeiramente se ofenderam com a minha fala. Mas eu deixo claro o seguinte: vocês vão cortar a minha cabeça, eu sei que vão, mas vão nascer mais no lugar. E eu deixo aqui esse registro, para que em pouco tempo - meses, daqui meses - a gente saiba qual foi o resultado disso tudo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Não havendo mais oradores inscritos... (Manifestação do público.)

Por favor, eu vou precisar, vou pedir para vocês se retirarem, porque aqui nós estamos em um processo de definição. Não havendo mais oradores inscritos, está encerrada a discussão. Vamos fazer a votação nominal do parecer do deputado Delegado Olim.

Como vota o deputado Adalberto Freitas?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Presidente, primeiro eu queria parabenizar pela condução dos trabalhos e parabenizar também o Delegado Olim pelo excelente relatório. E eu sou a favor do relatório do deputado Olim.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Enio Tatto?

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Eu voto “sim”, como membro do Conselho de Ética, no relatório do deputado Olim, pela cassação do deputado Arthur do Val, assim como minha bancada, bancada do PT, votará por unanimidade no plenário pela cassação do deputado Arthur do Val.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Barros Munhoz?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Um dos momentos mais tristes da maravilhosa história de 200 anos da Assembleia Legislativa de São Paulo, é o momento em que eu voto a favor do relatório do nobre deputado Olim, cumprimento a nobre presidente, e pela cassação do mandato do nosso ex-colega Arthur do Val.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Delegado Olim?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Voto pelo meu relatório.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota a deputada Erica Malunguinho?

A SRA. ERICA MALUNGUINHO - PSOL - Eu voto “sim”, pela cassação.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Campos Machado?

O SR. CAMPOS MACHADO - AVANTE - Voto “sim”.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota a deputada Marina Helou?

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Com a tranquilidade da verdade. Eu voto “sim”.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Como vota o deputado Estevam Galvão?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - UNIÃO - Eu voto com o relatório do deputado Delegado Olim, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Eu voto com o relator. Por unanimidade...

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sra Presidente. Eu não votei.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Quem?

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Wellington Moura.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Desculpe, deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - REPUBLICANOS - Eu voto “sim”, pela cassação do deputado Arthur do Val.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Então, por unanimidade, foi aprovada a medida disciplinar de perda do mandato do deputado Arthur do Val. Eu quero informar, antes de encerrar, que a saída dos deputados será pelo plenário à esquerda. E nada mais havendo ...

A SRA. PRESIDENTE - MARINA HELOU - REDE - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Marina.

A SRA. MARINA HELOU - REDE - Eu queria só registrar algumas mulheres incríveis que foram responsáveis também por esse movimento aqui hoje: Letícia Bahia, da Girl Up - e, em nome dela, todas as meninas incríveis da Girl Up; Maysa Diniz, em nome dela todas as meninas incríveis do Vote Nelas; Patrícia Vanzolini, pela OAB, e todas as mulheres que ela representa; Isabela Rahal, por Elas no Poder, que são mulheres muito importantes, incríveis, que fizeram parte dessa movimentação.

E também, presidente, dizer que eu espero que todos os deputados que aqui falaram hoje mudem seu comportamento e não passem mais pano, como passaram, para o Fernando Cury. E os deputados da base bolsonarista se lembrem que não dá para defender as mulheres e apoiar um presidente que fala que não pode ter mulher como filha.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Deputada Isa Penna e depois a gente encerra. Deputada Isa Penna.

A SRA. ISA PENNA - PCdoB - Deputada, eu quero também saudar a todos os deputados aqui. Quero que saibam que se não fosse aquela manobra que nos limitou ao relatório de seis meses - porque ali estava querendo se votar um de três, essa foi uma das mentiras contadas pelo Arthur - nós hoje aqui estaríamos debatendo uma pena ainda

Divisão de Registro de Pronunciamentos

menor. Então, eu tenho muito orgulho da luta que nós fizemos e essa decisão aqui de hoje me representa. É isso.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *